

# LEGISLAÇÃO DE CRIAÇÃO DAS VARAS DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Atualizado em 02/03/2023

## **Seção Judiciária do ACRE**

- [Subseção Judiciária de CRUZEIRO DO SUL](#)

## **Seção Judiciária do AMAPÁ**

- [Subseção Judiciária de LARANJAL DO JARI](#)
- [Subseção Judiciária de OIAPOQUE](#)

## **Seção Judiciária do AMAZONAS**

- [Subseção Judiciária de TABATINGA](#)
- [Subseção Judiciária de TEFÉ](#)

## **Seção Judiciária da BAHIA**

- [Subseção Judiciária de ALAGOINHAS](#)
- [Subseção Judiciária de BARREIRAS](#)
- [Subseção Judiciária de BOM JESUS DA LAPA](#)
- [Subseção Judiciária de CAMPO FORMOSO](#)
- [Subseção Judiciária de EUNÁPOLIS](#)
- [Subseção Judiciária de FEIRA DE SANTANA](#)
- [Subseção Judiciária de GUANAMBI](#)
- [Subseção Judiciária de ILHÉUS](#)
- [Subseção Judiciária de IRECÊ](#)
- [Subseção Judiciária de ITABUNA](#)
- [Subseção Judiciária de JEQUIÉ](#)
- [Subseção Judiciária de JUAZEIRO](#)
- [Subseção Judiciária de PAULO AFONSO](#)
- [Subseção Judiciária de TEIXEIRA DE FREITAS](#)
- [Subseção Judiciária de VITÓRIA DA CONQUISTA](#)

## **Seção Judiciária do DISTRITO FEDERAL**

### **Seção Judiciária de GOIÁS**

- [Subseção Judiciária de ANÁPOLIS](#)
- [Subseção Judiciária de APARECIDA DE GOIÂNIA](#)
- [Subseção Judiciária de FORMOSA](#)
- [Subseção Judiciária de ITUMBIARA](#)
- [Subseção Judiciária de JATAÍ](#)
- [Subseção Judiciária de LUZIÂNIA](#)
- [Subseção Judiciária de RIO VERDE](#)
- [Subseção Judiciária de URUAÇU](#)

### **Seção Judiciária do MARANHÃO**

- [Subseção Judiciária de BACABAL](#)
- [Subseção Judiciária de BALSAS](#)
- [Subseção Judiciária de CAXIAS](#)
- [Subseção Judiciária de IMPERATRIZ](#)

### **Seção Judiciária de MATO GROSSO**

- [Subseção Judiciária do BARRA DO GARÇAS](#)
- [Subseção Judiciária de CÁCERES](#)
- [Subseção Judiciária de DIAMANTINO](#)
- [Subseção Judiciária de JUÍNA](#)
- [Subseção Judiciária de RONDONÓPOLIS](#)
- [Subseção Judiciária de SINOP](#)

### **Seção Judiciária de MINAS GERAIS**

- [Subseção Judiciária de CONTAGEM](#)

- [Subseção Judiciária de DIVINÓPOLIS](#)
- [Subseção Judiciária de GOVERNADOR VALADARES](#)
- [Subseção Judiciária de IPATINGA](#)
- [Subseção Judiciária de ITUIUTABA](#)
- [Subseção Judiciária de JANAÚBA](#)
- [Subseção Judiciária de JUIZ DE FORA](#)
- [Subseção Judiciária de LAVRAS](#)
- [Subseção Judiciária de MANHUAÇU](#)
- [Subseção Judiciária de MONTES CLAROS](#)
- [Subseção Judiciária de MURIAÉ](#)
- [Subseção Judiciária de PARACATU](#)
- [Subseção Judiciária de PASSOS](#)
- [Subseção Judiciária de PATOS DE MINAS](#)
- [Subseção Judiciária de POÇOS DE CALDAS](#)
- [Subseção Judiciária de PONTE NOVA](#)
- [Subseção Judiciária de POUSO ALEGRE](#)
- [Subseção Judiciária de SÃO JOÃO DEL REI](#)
- [Subseção Judiciária de SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO](#)
- [Subseção Judiciária de SETE LAGOAS](#)
- [Subseção Judiciária de TEÓFILO OTONI](#)
- [Subseção Judiciária de UBERABA](#)
- [Subseção Judiciária de UBERLÂNDIA](#)
- [Subseção Judiciária de UNAI](#)
- [Subseção Judiciária de VARGINHA](#)
- [Subseção Judiciária de VIÇOSA](#)

#### **Secção Judiciária do PARÁ**

- [Subseção Judiciária de ALTAMIRA](#)
- [Subseção Judiciária de CASTANHAL](#)
- [Subseção Judiciária de ITAITUBA](#)
- [Subseção Judiciária de MARABÁ](#)
- [Subseção Judiciária de PARAGOMINAS](#)
- [Subseção Judiciária de REDENÇÃO](#)
- [Subseção Judiciária de SANTARÉM](#)
- [Subseção Judiciária de TUCURUÍ](#)

#### **Secção Judiciária do PIAUÍ**

- [Subseção Judiciária de CORRENTE](#)
- [Subseção Judiciária de FLORIANO](#)
- [Subseção Judiciária de PARNAÍBA](#)
- [Subseção Judiciária de PICOS](#)
- [Subseção Judiciária de SÃO RAIMUNDO NONATO](#)

#### **Secção Judiciária de RONDÔNIA**

- [Subseção Judiciária de GUAJARÁ-MIRIM](#)
- [Subseção Judiciária de JI-PARANÁ](#)
- [Subseção Judiciária de VILHENA](#)

#### **Secção Judiciária de RORAIMA**

#### **Secção Judiciária de TOCANTINS**

- [Subseção Judiciária de ARAGUAÍNA](#)
- [Subseção Judiciária de GURUPI](#)

## Seção Judiciária do ACRE

Criação: [Lei n. 5.010/1966](#) - art. 3º

Jurisdição: Resolução TRF1 n. [3/2012](#)<sup>5</sup>

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETENCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª Vara	CIVEL	<a href="#">Lei n. 5.010/1966</a>	Decreto-Lei n. <a href="#">253/1967</a>
2ª Vara	CIVEL	<a href="#">Lei n. 7.178/1983</a>	Resolução Presi n. 49 de 28/09/22 <a href="#">Rel 49</a> Resolução TRF1 n. <a href="#">6/1996</a>
3ª Vara	CIVEL	<a href="#">Lei n. 7.583/1987</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">6/1996</a>
4ª Vara	JEF	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução Presi n. 49 de 28/09/22 <a href="#">Rel 49</a> Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2003</a> <sup>1</sup>

<sup>1</sup>Resolução TRF1 n. [18/2003](#): alterada por Resoluções [4/2005](#)<sup>2</sup>, [5/2005](#)<sup>2</sup>, [11/2005](#)<sup>2</sup>, [12/2005](#)<sup>2</sup>, [24/2005](#)<sup>4</sup>, [29/2005](#), [8/2009](#)<sup>3</sup>, [14/2009](#), [24/2011](#)<sup>18</sup>, [4/2012](#), [20/2013](#)

<sup>2</sup>Resoluções [4/2005](#), [5/2005](#), [11/2005](#) e [12/2005](#): alteradas por Resolução [8/2009](#)<sup>3</sup>

<sup>3</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>9</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>18</sup>, [22/2012](#)<sup>7</sup>, [16/2013](#)<sup>14</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>15</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>4</sup>Resolução [24/2005](#): alterada por Resoluções [27/2005](#) e [8/2009](#)<sup>3</sup>

<sup>5</sup>Resolução [3/2012](#): alterada por Resoluções [10/2012](#)<sup>6</sup> e [9/2013](#)<sup>8</sup>

<sup>6</sup>Resolução [10/2012](#): revogada por Resolução [9/2013](#)<sup>8</sup>

<sup>7</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>8</sup>Resolução [9/2013](#): alterada por Portaria [198/2014](#)<sup>19</sup> e revogada por Resolução [14/2015](#)<sup>13</sup>

<sup>9</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>10</sup>

<sup>10</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>11</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>12</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>16</sup>

<sup>11</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>12</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>13</sup>Resolução [14/2015](#): alterada parcialmente por Resolução [46/2015](#), [7/2016](#) e revogada por [8/2016](#)<sup>17</sup>

<sup>14</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>15</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>16</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>17</sup>Resolução [8/2016](#): alterada por [46/2016](#), [51/2016](#), [3/2017](#), [9/2017](#), [26/2017](#)

<sup>18</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

<sup>19</sup>Portaria [198/2014](#): alterada por Resolução [26/2017](#)

<sup>20</sup>Resolução [49/2022](#) (especialização das 2ª e 4ª Varas – crimes por atos de violência político-partidária)

### - Subseção Judiciária de CRUZEIRO DO SUL

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETENCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	GERAL e JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">22/2012</a> <sup>2</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">198/2013</a>

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

## Seção Judiciária do AMAPÁ

Criação: [Lei n. 8.251/1991](#) – art. 1º

Jurisdição: Resolução TRF1 n. [3/2012](#)<sup>5</sup>

<b>VARAS</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
1ª Vara	CÍVEL <sup>8</sup>	<a href="#">Lei n. 8.251/1991</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">9/1992</a>
2ª Vara	CÍVEL <sup>8</sup>	<a href="#">Lei n. 8.251/1991</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">5/1996</a>
3ª Vara	JEF CÍVEL <sup>8</sup>	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2003</a> <sup>1</sup>
4ª Vara	CRIMINAL C/ JEF ADJUNTO CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.762/2012</a>	Resolução Presi n. 49 de 28/09/22 <a href="#">Rel 49</a> Resolução TRF1 n. <a href="#">20/2013</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">174/2013</a> <sup>14</sup>
5ª Vara	JEF CÍVEL	<a href="#">Lei n. 12.762/2012</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">20/2013</a> . Portaria TRF1 n. <a href="#">174/2013</a> <sup>14</sup>
6ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 12.762/2012</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">20/2013</a> . Portaria TRF1 n. <a href="#">174/2013</a> <sup>14</sup>

<sup>1</sup>Resolução TRF1 n. [18/2003](#): alterada por Resoluções [4/2005](#)<sup>2</sup>, [5/2005](#)<sup>2</sup>, [11/2005](#)<sup>2</sup>, [12/2005](#)<sup>2</sup>, [24/2005](#)<sup>4</sup>, [29/2005](#), [8/2009](#)<sup>3</sup>, [14/2009](#), [24/2011](#)<sup>20</sup>, [4/2012](#), [20/2013](#)

<sup>2</sup>Resoluções [4/2005](#), [5/2005](#), [11/2005](#) e [12/2005](#): alteradas por Resolução [8/2009](#)<sup>3</sup>

<sup>3</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>10</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>20</sup>, [22/2012](#)<sup>7</sup>, [16/2013](#)<sup>16</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>17</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>4</sup>Resolução [24/2005](#): alterada por Resoluções [27/2005](#) e [8/2009](#)<sup>3</sup>

<sup>5</sup>Resolução [3/2012](#): alterada por Resoluções [10/2012](#)<sup>6</sup> e [9/2013](#)<sup>9</sup>

<sup>6</sup>Resolução [10/2012](#): revogada por Resolução [9/2013](#)<sup>9</sup>

<sup>7</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>8</sup>Competências alteradas pela Resolução [20/2013](#)

<sup>9</sup>Resolução [9/2013](#): alterada por Portaria [198/2014](#)<sup>21</sup> e revogada por Resolução [14/2015](#)<sup>15</sup>

<sup>10</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>11</sup>

<sup>11</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>12</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>13</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>18</sup>

<sup>12</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>13</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>14</sup>Portaria [174/2013](#): alterada por Portaria [187/2013](#)

<sup>15</sup>Resolução [14/2015](#): alterada parcialmente por Resolução [46/2015](#), [7/2016](#) e revogada por [8/2016](#)<sup>19</sup>

<sup>16</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>17</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>18</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>19</sup>Resolução [8/2016](#): alterada por [46/2016](#), [51/2016](#), [3/2017](#), [9/2017](#), [26/2017](#)

<sup>20</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

<sup>21</sup>Portaria [198/2014](#): alterada por Resolução [26/2017](#)

<sup>22</sup>Resolução [49/2022](#) (especialização da 4ª Vara – crimes por atos de violência político-partidária)

- [Subseção Judiciária de LARANJAL DO JARI](#)

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
Vara	GERAL e JEF ADJUNTO	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ;	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2010</a> ;

Única	CÍVEL E CRIMINAL	Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Portaria TRF1 n. <a href="#">420/2011</a>
-------	------------------	--	---

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>3</sup>Resolução [24/2010](#) : alterada por Resoluções [4/2011](#), [24/2011](#)<sup>4</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup>, [33/2013](#)

<sup>4</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

### - Subseção Judiciária de OIAPOQUE

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	GERAL e JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; <a href="#">Resolução CJF n. 102/2010</a> <sup>1</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2010</a> <sup>3</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">457/2011</a> .

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>3</sup>Resolução [24/2010](#): alterada por Resoluções [4/2011](#), [24/2011](#)<sup>4</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup>, [33/2013](#)

<sup>4</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

### Seção Judiciária do AMAZONAS

Criação: [Lei n. 5.010/1966](#) - art. 3º

Jurisdição: Resolução TRF1 n. [3/2012](#)<sup>8</sup>

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 5.010/1966</a>	Decreto-Lei n. <a href="#">253/1967</a>
2ª Vara	CRIMINAL * <sup>29. 30</sup>	<a href="#">Lei n. 7.178/1983</a>	Resolução Presi n. 49 de 28/09/22 <a href="#">Rel 49</a>  Provimento CJF n. <a href="#">234/1982</a> ; <a href="#">264/1984</a> e <a href="#">293/1986</a>
3ª Vara	CIVEL	<a href="#">Lei n. 7.583/1987</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">08/1993</a>
4ª Vara	CRIMINAL * <sup>23 24 25 26 27 28</sup>	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">04/1998</a>
5ª Vara	EX. FISCAL	<a href="#">Lei n. 9.788/1999</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">02/1999</a>
6ª Vara	JEF	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2003</a> <sup>1</sup>
7ª Vara	AMBIENTAL E AGRÁRIA	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; <a href="#">Resolução CJF n. 102/2010</a> <sup>7</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">14/2010</a> <sup>5</sup>  Portaria TRF1 n. <a href="#">201/2010</a> , alterada por <a href="#">370/2010</a> e <a href="#">491/2011</a>
8ª Vara	JEF CÍVEL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; <a href="#">Resolução CJF n. 102/2010</a> <sup>7</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">21/2011</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">59/2012</a>

\* Vara Federal especializada em matéria criminal – Resolução TRF1 n. [11/2010](#).

<sup>1</sup>Resolução TRF1 n. [18/2003](#): alterada por Resoluções [4/2005](#)<sup>2</sup>, [5/2005](#)<sup>2</sup>, [11/2005](#)<sup>2</sup>, [12/2005](#)<sup>2</sup>, [24/2005](#)<sup>4</sup>, [29/2005](#), [8/2009](#)<sup>3</sup>, [14/2009](#), [24/2011](#)<sup>21</sup>, [4/2012](#), [20/2013](#)

<sup>2</sup>Resoluções [4/2005](#), [5/2005](#), [11/2005](#) e [12/2005](#): alteradas por Resolução [8/2009](#)<sup>3</sup>.

<sup>3</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>12</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>21</sup>, [22/2012](#)<sup>10</sup> [16/2013](#)<sup>17</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>18</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>4</sup>Resolução [24/2005](#): alterada por Resoluções [27/2005](#) e [8/2009](#)<sup>3</sup>.

<sup>5</sup>Resolução [14/2010](#): alterada por Resoluções [22/2010](#)<sup>6</sup>, [24/2011](#)<sup>21</sup>, [22/2012](#)<sup>10</sup>, [33/2013](#), [36/2016](#)

<sup>6</sup>Resolução [22/2010](#): alterada por Resolução [24/2011](#)<sup>21</sup>

<sup>7</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>8</sup>Resolução [3/2012](#): alterada por Resoluções [10/2012](#)<sup>9</sup> e [9/2013](#)<sup>11</sup>

<sup>9</sup>Resolução [10/2012](#): revogada por Resolução [9/2013](#)<sup>11</sup>

<sup>10</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>11</sup>Resolução [9/2013](#): alterada por Portaria [198/2014](#)<sup>22</sup> e revogada por Resolução [14/2015](#)<sup>16</sup>

<sup>12</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>13</sup>

<sup>13</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>14</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>15</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>19</sup>

<sup>14</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>15</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>16</sup>Resolução [14/2015](#): alterada parcialmente por Resolução [46/2015](#), [7/2016](#) e revogada por [8/2016](#)<sup>20</sup>

<sup>17</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>18</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>19</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>20</sup>Resolução [8/2016](#): alterada por [46/2016](#), [51/2016](#), [3/2017](#), [9/2017](#), [26/2017](#)

<sup>21</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

<sup>22</sup>Portaria [198/2014](#): alterada por Resolução [26/2017](#)

<sup>23</sup>Resolução Presi [6535439/2018](#), especializar vara para processar e julgar crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, e os praticados por organizações criminosas: revogada por Resolução Presi [8092227/2019](#)<sup>29</sup>

<sup>24</sup>Resolução Presi [6648019/2018](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#)

<sup>25</sup>Resolução Presi [6876906/2018](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [6648019/2018](#)

<sup>26</sup>Resolução Presi [7168031/2018](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [6876906/2018](#)

<sup>27</sup>Resolução Presi [7843043/2019](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [7168031/2018](#)

<sup>28</sup>Resolução Presi [8026596/2019](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [7843043/2019](#)

<sup>29</sup>Resolução Presi [8092227/2019](#), especializar vara para processar e julgar crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, e os praticados por organizações criminosas e revoga a Resolução Presi [6535439/2018](#)<sup>23</sup>

<sup>30</sup>Resolução [49/2022](#) (especialização da 2ª Vara – crimes por atos de violência político-partidária)

- [Subseção Judiciária de TABATINGA](#)

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	Lei n. 10.772/2003	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2003</a> <sup>1</sup>

<sup>1</sup>Resolução TRF1 n. [18/2003](#): alterada por Resoluções [4/2005](#)<sup>2</sup>, [5/2005](#)<sup>2</sup>, [11/2005](#)<sup>2</sup>, [12/2005](#)<sup>2</sup>, [24/2005](#)<sup>4</sup>, [29/2005](#), [8/2009](#)<sup>3</sup>, [14/2009](#), [24/2011](#)<sup>13</sup>, [4/2012](#), [20/2013](#).

<sup>2</sup>Resoluções [4/2005](#), [5/2005](#), [11/2005](#) e [12/2005](#): alteradas por Resolução [8/2009](#)<sup>3</sup>.

<sup>3</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>6</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>13</sup>, [22/2012](#)<sup>5</sup>, [16/2013](#)<sup>10</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>11</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>4</sup>Resolução [24/2005](#): alterada por Resoluções [27/2005](#) e [8/2009](#)<sup>3</sup>

<sup>5</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>6</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>7</sup>

<sup>7</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>8</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>9</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>12</sup>

<sup>8</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>9</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>10</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>12</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>13</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

- [Subseção Judiciária de TEFÉ](#) (*Subseção relocada para a 9ª Vara SJAM*)

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO	REALOCAÇÃO/UA
Vara Única	GERAL e JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	Lei n. 12.011/2009; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">21/2011</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">133/2012</a> <sup>2</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">9279781/2019</a> Resolução TRF n. <a href="#">9455632/2019</a>

\* Resolução Presi [9455623/2019](#) cria a Unidade Avançada de Atendimento em Tefé/AM;

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#);

<sup>2</sup>Portaria TRF1 n. [133/2012](#): Efeitos cessados pela Resolução [9279781/2019](#);

[Seção Judiciária da BAHIA](#)

Criação: Lei n. 5.010/1966 - art. 3º

Jurisdição: Resolução TRF1 n. [3/2012](#)<sup>7</sup>

<b>VARAS</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
1ª Vara	CIVEL	<a href="#">Lei n. 5.010/1966</a>	Decreto-Lei n. <a href="#">253/1967</a>
2ª Vara	JEF ADJ CRIM	<a href="#">Lei n. 5.010/1966</a>	Resolução Presi n. 49 de 28/09/22 <a href="#">Rel 49</a> Decreto-Lei n. <a href="#">253/1967</a>
3ª Vara	CIVEL	<a href="#">Lei n. 5.677/1971</a>	Provimento CJF n. <a href="#">64/1971</a>
4ª Vara	CIVEL	<a href="#">Lei n. 7.178/1983</a>	Provimento CJF n. <a href="#">264/1984</a>
5ª Vara	JEF**	<a href="#">Lei n. 7.178/1983</a>	Provimento CJF n. <a href="#">264/1984</a>
6ª Vara	CIVEL	<a href="#">Lei n. 7.178/1983</a>	Provimento CJF n. <a href="#">264/1984</a>
7ª Vara	CIVEL/AGR.	<a href="#">Lei n. 7.583/1987</a>	Provimento CJF n. <a href="#">311/1987</a>
8ª Vara	EXECUÇÃO FISCAL <sup>10</sup>	<a href="#">Lei n. 7.583/1987</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">16/1992</a>
9ª Vara	JEF***	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">04/1998</a>
10ª Vara	CIVEL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">04/1998</a>
11ª Vara	CIVEL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">04/1998</a>
12ª Vara	CIVEL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">04/1998</a>
13ª Vara	CIVEL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">04/1998</a>
14ª Vara	CIVEL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">04/1998</a>
15ª Vara	JEF****	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/1998</a>
16ª Vara	CIVEL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/1998</a>
17ª Vara	JEF ADJUNTO CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/1998</a>
18ª Vara	EXECUÇÃO FISCAL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/1998</a>
19ª Vara	EXECUÇÃO FISCAL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/1998</a>
20ª Vara	EXECUÇÃO FISCAL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/1998</a>
21ª Vara	JEF	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2003</a> <sup>1</sup>
22ª Vara	JEF	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2003</a> <sup>1</sup>
23ª Vara	JEF	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">12/2005</a> , alterada por <a href="#">8/2009</a> <sup>3</sup>
24ª Vara	EXECUÇÃO FISCAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>11</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2011</a> <sup>25</sup> e <a href="#">27/2013</a> ; Portaria TRF1 n. <a href="#">199/2013</a>

\*Vara Criminal especializada para processar e julgar crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, de acordo com a Resolução [n. 21/2003](#)

\*\*Vara Cível convertida em Vara de Juizado Especial Federal, de acordo com a Resolução n. [11/2005](#), alterada por Resolução [8/2009](#)<sup>3</sup>

\*\*\*Vara Federal convertida em Vara de Juizado Especial Federal, de acordo com a Resolução n. [24/2005](#), alterada por Resolução [8/2009](#)<sup>3</sup> e por Resolução [27/2005](#)

\*\*\*\*Vara Federal convertida em Vara de Juizado Especial Federal, de acordo com a Resolução n. [3/2002](#)<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Resolução TRF1 n. [18/2003](#): alterada por Resoluções [4/2005](#)<sup>2</sup>, [5/2005](#)<sup>2</sup>, [11/2005](#)<sup>2</sup>, [12/2005](#)<sup>2</sup>, [24/2005](#)<sup>4</sup>, [29/2005](#), [8/2009](#)<sup>3</sup>, [14/2009](#), [24/2011](#)<sup>25</sup>, [4/2012](#), [20/2013](#)

<sup>2</sup>Resoluções [4/2005](#), [5/2005](#), [11/2005](#) e [12/2005](#): alteradas por Resolução [8/2009](#)<sup>3</sup>

<sup>3</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>13</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>25</sup>, [22/2012](#)<sup>9</sup>, [16/2013](#)<sup>18</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>19</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)



- <sup>4</sup>Resolução [24/2005](#): alterada por Resoluções [27/2005](#) e [8/2009](#)<sup>3</sup>
- <sup>5</sup>Resolução n. [3/2002](#): alterada por Resoluções [6/2002](#), [11/2002](#), [13/2002](#), [14/2002](#)<sup>16</sup>, [18/2003](#)<sup>1</sup>, [2/2005](#)<sup>22</sup>, [3/2005](#)<sup>23</sup>, [10/2005](#)<sup>6</sup>, [18/2005](#)<sup>21</sup>, [28/2005](#), [12/2006](#)<sup>24</sup>, [15/2007](#)
- <sup>6</sup>Resolução [10/2005](#) alterada por Res. [8/2009](#)<sup>3</sup> e [24/2011](#)<sup>25</sup>
- <sup>7</sup>Resolução [3/2012](#): alterada por Resoluções [10/2012](#)<sup>8</sup> e [9/2013](#)<sup>12</sup>
- <sup>8</sup>Resolução [10/2012](#): revogada por Resolução [9/2013](#)<sup>12</sup>
- <sup>9</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)
- <sup>10</sup>Especialização/Competência definida pela Resolução TRF1 n. [26/2013](#)
- <sup>11</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)
- <sup>12</sup>Resolução [9/2013](#): alterada por Portaria [198/2014](#)<sup>26</sup> e revogada por Resolução [14/2015](#)<sup>27</sup>
- <sup>13</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>14</sup>
- <sup>14</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>15</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>17</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>20</sup>
- <sup>15</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)
- <sup>16</sup>Resolução [14/2002](#): revogada por Resolução [17/2014](#)
- <sup>17</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)
- <sup>18</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)
- <sup>19</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)
- <sup>20</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)
- <sup>21</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>3</sup>, [24/2011](#), [30/2016](#)
- <sup>22</sup>Resolução [2/2005](#): alterada por [8/2009](#)<sup>3</sup>, [36/2016](#)
- <sup>23</sup>Resolução n. [3/2005](#) alterada por [8/2009](#)<sup>3</sup>, [18/2005](#)<sup>21</sup> e [24/2011](#)
- <sup>24</sup>Resolução n. [12/2006](#): revogada por [16/2010](#)
- <sup>25</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)
- <sup>26</sup>Portaria [198/2014](#): alterada por Resolução [26/2017](#)
- <sup>27</sup>Resolução [14/2015](#): alterada parcialmente por Resolução [46/2015](#), [7/2016](#) e revogada por [8/2016](#)<sup>28</sup>
- <sup>28</sup>Resolução [8/2016](#): alterada por [46/2016](#), [51/2016](#), [3/2017](#), [9/2017](#), [26/2017](#)
- <sup>29</sup>Resolução Presi [6535439/2018](#), acresce a esta vara especializada em matéria criminal e em crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, competência ampliada para processar e julgar os crimes praticados por organizações criminosas
- <sup>30</sup>Resolução Presi [6876906/2018](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [6648019/2018](#)
- <sup>31</sup>Resolução Presi [7168031/2018](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [6876906/2018](#)
- <sup>32</sup>Resolução Presi [7843043/2019](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [7168031/2018](#)
- <sup>33</sup>Resolução Presi [8026596/2019](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [7843043/2019](#)
- <sup>34</sup>Resolução Presi [8092227/2019](#), acresce a esta vara especializada em matéria criminal e em crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, competência ampliada para processar e julgar os crimes praticados por organizações criminosas e revoga a Resolução Presi [6535439/2018](#)<sup>29</sup>
- <sup>35</sup>Resolução [49/2022](#) (especialização da 2ª Vara – crimes por atos de violência político-partidária)

- [Subseção Judiciária de ALAGOINHAS](#)

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
Vara Única	GERAL e JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ;	Resolução TRF1 n. <a href="#">21/2011</a>
		Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Portaria TRF1 n. <a href="#">99/2012</a>

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

- [Subseção Judiciária de BARREIRAS](#)

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
Vara Única	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>10</sup>
JEF Adjunto	Plena – cível e criminal	-----	Portaria TRF1 n. <a href="#">503/2006</a>

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>9</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>11</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup>, [16/2013](#)<sup>7</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>8</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>3</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>4</sup>

<sup>4</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>5</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>6</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>9</sup>

<sup>5</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>6</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>8</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>11</sup>, [30/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

- [Subseção Judiciária de BOM JESUS DA LAPA](#)

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
Vara Única	GERAL e JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">22/2012</a> <sup>2</sup>
		Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Portaria TRF1 n. <a href="#">148/2013</a>

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

- [Subseção Judiciária de CAMPO FORMOSO](#)

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
Vara Única	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>10</sup>
JEF	Plena – cível e criminal	-----	Portaria TRF1 n. <a href="#">369/2006</a>

Adjunto			
---------	--	--	--

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>3</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>11</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup> [16/2013](#)<sup>7</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>8</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>3</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>4</sup>

<sup>4</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>5</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>6</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>9</sup>

<sup>5</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>6</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>8</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>11</sup>, [30/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - [Subseção Judiciária de EUNÁPOLIS](#)

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>10</sup>
JEF Adjunto	Plena – cível e criminal	-----	Portaria TRF1 n. <a href="#">459/2006</a>

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>3</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>11</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup> [16/2013](#)<sup>7</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>8</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>3</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>4</sup>

<sup>4</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>5</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>6</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>9</sup>

<sup>5</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>6</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>8</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>11</sup>, [30/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - [Subseção Judiciária de FEIRA DE SANTANA](#)

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª Vara	JEF ADJUNTO PREVID. E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>13</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">98/2007</a> <sup>8</sup>
2ª Vara	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> <a href="#">Resolução CJF n. 102/2010</a> <sup>2</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2010</a> <sup>4</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">317/2011</a> .

3ª Vara	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2011</a>
		Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>2</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">33/2013</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">11/2014</a>

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>5</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>14</sup>, [22/2012](#)<sup>3</sup> [16/2013](#)<sup>10</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>11</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>3</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>4</sup>Resolução [24/2010](#): alterada por Resoluções [4/2011](#), [24/2011](#)<sup>14</sup>, [22/2012](#)<sup>3</sup>, [33/2013](#).

<sup>5</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>6</sup>

<sup>6</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>7</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>9</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>12</sup>

<sup>7</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#).

<sup>8</sup>Portaria [98/2007](#): alterada por Portaria n. [237/2007](#) e revogada parcialmente por Resolução [19/2014](#).

<sup>9</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#).

<sup>10</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>12</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>13</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>14</sup>, [30/2016](#)

<sup>14</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - [Subseção Judiciária de GUANAMBI](#)

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>10</sup>
JEF Adjunto	Plena – cível e criminal	-----	Portaria TRF1 n. <a href="#">456/2006</a>

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>3</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>11</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup> [16/2013](#)<sup>7</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>8</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>3</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>4</sup>

<sup>4</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>5</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>6</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>9</sup>

<sup>5</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>6</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#).

<sup>7</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>8</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>11</sup>, [30/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

- Subseção Judiciária de ILHÉUS

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
Vara Única	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 7.583/1987</a>	Provimento CJF n. <a href="#">320/1987</a> *
JEF Adjunto	Plena	-----	-----

\*Jurisdição da Vara Única de Ilhéus: Provimento TRF1 n. [4/1990](#), Resolução TRF1 n. [17/1998](#), Resolução TRF1 n. [1/2000](#).

- Subseção Judiciária de IRECÊ

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
Vara Única	GERAL e JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup> .	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2010</a> <sup>3</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">258/2011</a> .

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>3</sup>Resolução [24/2010](#): alterada por Resoluções [4/2011](#), [24/2011](#)<sup>4</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup>, [33/2013](#)

<sup>4</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

- Subseção Judiciária de ITABUNA

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
1ª Vara	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>11</sup>
2ª Vara	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>3</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2011</a> <sup>12</sup> Resolução TRF1 n. <a href="#">33/2013</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">12/2014</a>

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>4</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>12</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup>  
[16/2013](#)<sup>8</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>9</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>3</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>4</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>5</sup>

<sup>5</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>6</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>7</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>10</sup>

<sup>6</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>8</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>12</sup>, [30/2016](#)

<sup>12</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - Subseção Judiciária de JEQUIÉ

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
Vara Única	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>10</sup>
JEF Adjunto	Plena – cível e criminal	-----	Portaria TRF1 n. <a href="#">95/2007</a>

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>3</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>11</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup>, [16/2013](#)<sup>7</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>8</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>3</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>4</sup>

<sup>4</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>5</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>6</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>9</sup>

<sup>5</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>6</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#).

<sup>7</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>8</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>11</sup>, [30/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - Subseção Judiciária de JUAZEIRO

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
Vara Única	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>10</sup>
JEF Adjunto	Plena – cível e criminal	-----	Portaria TRF1 n. <a href="#">502/2006</a>

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>3</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>11</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup>, [16/2013](#)<sup>7</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>8</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>3</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>4</sup>

<sup>4</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>5</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>6</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>9</sup>

<sup>5</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>6</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>8</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>11</sup>, [30/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

- Subseção Judiciária de PAULO AFONSO

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	criação	Implantação
Vara Única	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a>
JEF Adjunto	Plena – cível e criminal	-----	Portaria TRF1 n. <a href="#">97/2007</a> , alterada por Portaria TRF1 n. <a href="#">118/2007</a>

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>3</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>11</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup> [16/2013](#)<sup>7</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>8</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>3</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>4</sup>

<sup>4</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>5</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>6</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>9</sup>

<sup>5</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>6</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>8</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>11</sup>, [30/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

- Subseção Judiciária de TEIXEIRA DE FREITAS

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	criação	Implantação
Vara Única	GERAL e JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2010</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">422/2011</a> , revogada por Portaria n. <a href="#">456/2011</a>

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>3</sup>Resolução [24/2010](#): alterada por Resoluções [4/2011](#), [24/2011](#)<sup>4</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup>, [33/2013](#)

<sup>4</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

- Subseção Judiciária de VITÓRIA DA CONQUISTA

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	criação	Implantação
1ª Vara	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a>
2ª Vara	Geral e JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ;	Resolução TRF1 <a href="#">21/2011</a>
		Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Portaria TRF1 <a href="#">520/2011</a>

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>4</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>12</sup>, [22/2012](#)<sup>3</sup> [16/2013](#)<sup>8</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>9</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>3</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>4</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>5</sup>

<sup>5</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>6</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>7</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>10</sup>

<sup>6</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>8</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>12</sup>, [30/2016](#)

<sup>12</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

## Seção Judiciária do DISTRITO FEDERAL

Criação: [Lei n. 5.010/1966](#)

<b>VARAS</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
1ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 5.010/1966</a> – anexo 1	Decreto-Lei n. <a href="#">253/1967</a>
2ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 5.010/1966</a> – anexo 1	Decreto-Lei n. <a href="#">253/1967</a>
3ª Vara	CÍVEL JEF ADJUNTO <sup>15</sup>	<a href="#">Lei n. 5.677/1971</a>	Provimento CJF n. <a href="#">64/1971</a>
4ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 7.178/1983</a>	Provimento CJF n. <a href="#">264/1984</a>
5ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 7.178/1983</a>	Provimento CJF n. <a href="#">264/1984</a>
6ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 7.178/1983</a>	Provimento CJF n. <a href="#">264/1984</a>
7ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 7.178/1983</a>	Provimento CJF n. <a href="#">268/1984</a>
8ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 7.583/1987</a>	Provimento CJF n. <a href="#">338/1987</a>
9ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 7.583/1987</a>	Provimento CJF n. <a href="#">338/1987</a>
10ª Vara	JEF ADJUNTO CRIMINAL* <sup>16</sup>	<a href="#">Lei n. 8.251/1991</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">17/1992</a>
11ª Vara	EX. FISCAL	<a href="#">Lei n. 8.251/1991</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">17/1992</a>
12ª Vara	JEF ADJUNTO CRIMINAL <sup>17</sup> e 20	<a href="#">Lei n. 8.251/1991</a>	Resolução <a href="#">54/2017</a> Resolução Presi n. 49 de 28/09/22 <a href="#">Rel 49</a>  Resolução TRF1 n. <a href="#">17/1992</a>
13ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 8.251/1991</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">17/1992</a>
14ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 8.251/1991</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">17/1992</a>
15ª Vara	CRIMINAL <sup>18 19</sup>	<a href="#">Lei n. 8.251/1991</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">17/1992</a>
16ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 8.251/1991</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">17/1992</a>
17ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 8.251/1991</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">17/1992</a>
18ª Vara	EX. FISCAL	<a href="#">Lei n. 8.251/1991</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">17/1992</a>
19ª Vara	EX. FISCAL	<a href="#">Lei n. 9.788/1999</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">02/1999</a>
20ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 9.788/1999</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">02/1999</a>



21ª Vara	CÍVEL JEF ADJUNTO <sup>15</sup>	<a href="#">Lei n. 9.788/1999</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">02/1999</a>
22ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 9.788/1999</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">02/1999</a>
23ª Vara	JEF	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2003</a> <sup>1</sup>
24ª Vara	JEF	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2003</a> <sup>1</sup>
25ª Vara	JEF	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">4/2005</a> , alterada por Resolução <a href="#">8/2009</a> <sup>3</sup>
26ª Vara	JEF	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">4/2005</a> , alterada por Resolução <a href="#">8/2009</a> <sup>3</sup>
27ª Vara	JEF	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> <a href="#">Resolução CJF n. 102/2010</a> <sup>6</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">22/2010</a> <sup>5</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">443/2010</a>

\* Vara Criminal especializada para processar e julgar crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, de acordo com a Resolução n. [600-021](#), de 19/12/2003.

<sup>1</sup>Resolução TRF1 n. [18/2003](#): alterada por Resoluções [4/2005](#)<sup>2</sup>, [5/2005](#)<sup>2</sup>, [11/2005](#)<sup>2</sup>, [12/2005](#)<sup>2</sup>, [24/2005](#)<sup>4</sup>, [29/2005](#), [8/2009](#)<sup>3</sup>, [14/2009](#), [24/2011](#)<sup>14</sup>, [4/2012](#), [20/2013](#).

<sup>2</sup>Resoluções [4/2005](#), [5/2005](#), [11/2005](#) e [12/2005](#): alteradas por Resolução [8/2009](#)<sup>3</sup>.

<sup>3</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>7</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>14</sup>, [22/2012](#)<sup>5</sup>, [16/2013](#)<sup>11</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>12</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>4</sup>Resolução [24/2005](#): alterada por Resoluções [27/2005](#) e [8/2009](#)<sup>3</sup>

<sup>5</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [24/2011](#)<sup>14</sup>

<sup>6</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>8</sup>

<sup>8</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>9</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>10</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>13</sup>

<sup>9</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>10</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>11</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>12</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>13</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>14</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

<sup>15</sup> Competência exclusiva em matéria de saúde pública conforme Resolução [12/2017](#)

<sup>16</sup> Resolução [54/2017](#): especializada para processar e julgar crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores; e crimes praticados por organizações criminosas.

<sup>17</sup> Resolução [54/2017](#): especializada para processar e julgar crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores e aqueles praticados por organizações criminosas

<sup>18</sup> Resolução [54/2017](#): convertida em vara criminal, passando a processar e julgar, privativamente, feitos dessa natureza, bem como os feitos sujeitos ao Juizado Especial Federal Criminal

<sup>19</sup> Resolução [54/2017](#): alterada por Resolução Presi [5774263/2018](#), para acrescentar a esta vara especializada em matéria criminal a competência em execução penal

<sup>20</sup> Resolução [49/2022](#) (especialização da 12ª Vara – crimes por atos de violência político-partidária)

## Seção Judiciária de GOIÁS

Criação: [Lei n. 5.010/1966](#)

Jurisdição: Resolução TRF1 n. [3/2012](#)<sup>6</sup>

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	criação	Implantação
1ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 5.010/1966</a> – anexo	Decreto-Lei n. <a href="#">253/1967</a>
2ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 7.178/1983</a>	Provimento CJF n. <a href="#">264/1984</a>
3ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 7.178/1983</a>	Provimento CJF n. <a href="#">268/1984</a>
4ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 7.178/1983</a>	Provimento CJF n. <a href="#">272/1985</a>
5ª Vara	JEF ADJUNTO CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 7.583/1987</a>	Provimento CJF n. <a href="#">316/1987</a> Resolução Presi n. 49 de 28/09/22 <a href="#">Rel 49</a>
6ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 7.583/1987</a>	Provimento TRF1 n. <a href="#">01/1989</a>
7ª Vara	EX. FISCAL**	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">4/1998</a>
8ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">4/1998</a>
9ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">4/1998</a>
10ª Vara	EX. FISCAL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">4/1998</a>
11ª Vara	JEF ADJUNTO CRIMINAL* <b>22 23 24 25 26 27</b>	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">4/1998</a>
12ª Vara	EX. FISCAL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">4/1998</a>
13ª Vara	JEF	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2003</a> <sup>1</sup>
14ª Vara	JEF	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">5/2005</a> , alterada por <a href="#">8/2009</a> <sup>3</sup>
15ª Vara	JEF Cível	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>5</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2010</a> <sup>9</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">256/2011</a>
16ª Vara	JEF Cível	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>5</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">21/2011</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">58/2012</a>
Vara Federal de Aparecida de Goiânia	JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/03</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>28</sup>

\*Vara Criminal especializada para processar e julgar crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, de acordo com a Resolução n. [600-021](#), de 19/12/2003.

\*\* Vara Cível convertida em Vara especializada em Execução Fiscal conforme Resolução [8550068/2019](#), Portaria [8786527/2019](#) que altera a Portaria Presi [8682680/2019](#) que trata da data de início da distribuição de processos em decorrência da especialização da 7ª Vara

Federal.

<sup>1</sup>Resolução TRF1 n. [18/2003](#): alterada por Resoluções [4/2005](#)<sup>2</sup>, [5/2005](#)<sup>2</sup>, [11/2005](#)<sup>2</sup>, [12/2005](#)<sup>2</sup>, [24/2005](#)<sup>4</sup>, [29/2005](#), [8/2009](#)<sup>3</sup>, [14/2009](#), [24/2011](#)<sup>20</sup>, [4/2012](#), [20/2013](#).

<sup>2</sup>Resoluções [4/2005](#), [5/2005](#), [11/2005](#) e [12/2005](#): alteradas por Resolução [8/2009](#)<sup>3</sup>.

<sup>3</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>11</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>20</sup>, [22/2012](#)<sup>8</sup>, [16/2013](#)<sup>16</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>17</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>4</sup>Resolução [24/2005](#): alterada por Resoluções [27/2005](#) e [8/2009](#)<sup>3</sup>

<sup>5</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>6</sup>Resolução [3/2012](#): alterada por Resoluções [10/2012](#)<sup>7</sup> e [9/2013](#)<sup>10</sup>

<sup>7</sup>Resolução [10/2012](#): revogada por Resolução [9/2013](#)<sup>10</sup>

<sup>8</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [24/2011](#)<sup>20</sup>, [27/2013](#)

<sup>9</sup>Resolução [24/2010](#): alterada por Resoluções [4/2011](#), [24/2011](#)<sup>20</sup>, [22/2012](#)<sup>8</sup>, [33/2013](#).

<sup>10</sup>Resolução [9/2013](#): alterada por Portaria [198/2014](#)<sup>21</sup> e revogada por Resolução [14/2015](#)<sup>15</sup>

<sup>11</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>12</sup>

<sup>12</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>13</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>14</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>18</sup>

<sup>13</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>14</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>15</sup>Resolução [14/2015](#): alterada parcialmente por Resolução [46/2015](#), [7/2016](#) e revogada por [8/2016](#)<sup>19</sup>

<sup>16</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>17</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>18</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>19</sup>Resolução [8/2016](#): alterada por [46/2016](#), [51/2016](#), [3/2017](#), [9/2017](#), [26/2017](#)

<sup>20</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

<sup>21</sup>Portaria [198/2014](#): alterada por Resolução [26/2017](#)

<sup>22</sup> Resolução Presi [6535439/2018](#), acresce a esta vara especializada em matéria criminal e em crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, competência ampliada para processar e julgar os crimes praticados por organizações criminosas

<sup>23</sup> Resolução Presi [6876906/2018](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [6648019/2018](#)

<sup>24</sup> Resolução Presi [7168031/2018](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [6876906/2018](#)

<sup>25</sup> Resolução Presi [7843043/2019](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [7168031/2018](#)

<sup>26</sup> Resolução Presi [8026596/2019](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [7843043/2019](#)

<sup>27</sup> Resolução Presi [8092227/2019](#), acresce a esta vara especializada em matéria criminal e em crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, competência ampliada para processar e julgar os crimes praticados por organizações criminosas e revoga a Resolução Presi [6535439/2018](#)<sup>22</sup>

<sup>28</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#), [24/2011](#), 30/2016, alterada por Resolução Presi [8550068/2019](#) (transforma em Unidade Judicial Autônoma e convertida em vara de juizado especial federal cível e criminal).

<sup>29</sup> Resolução [49/2022](#) (especialização da 5ª Vara JEF – crimes por atos de violência político-partidária)

- [Subseção Judiciária de ANÁPOLIS](#)

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª Vara	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>11</sup>
2ª Vara	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; <a href="#">Resolução CJF n. 102/2010</a> <sup>3</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">33/2013</a> ; Portaria TRF1 n. <a href="#">102/2014</a> Organizacional Res. <a href="#">8/2023</a>

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>4</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>12</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup> [16/2013](#)<sup>8</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>9</sup>, [43/2015](#), [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>3</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>4</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>5</sup>

<sup>5</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>6</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>7</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>10</sup>

<sup>6</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>8</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>12</sup>, [30/2016](#)

<sup>12</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

<sup>13</sup>Resolução [8/2023](#) (Estrutura Organizacional da 2ª Vara)

- [Subseção Judiciária de APARECIDA DE GOIÂNIA](#) (deixou de existir como unidade administrativa nos termos do art. 2º da Resolução Presi [8550068/2019](#), mantendo-se a Vara Federal de Aparecida de Goiânia, como unidade judicial autônoma).

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Federal de Aparecida de Goiânia *	JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/03</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>10</sup>
JEF Adjunto*	-----	-----	Portaria TRF1 n. <a href="#">470/2006</a> , alterada por Portaria TRF1 n. <a href="#">10/2007</a>

\* Vara federal convertida em vara de juizado especial federal cível e criminal, conforme art. 3º da Resolução Presi [8550068/2019](#), o município de Hidrolândia integra a jurisdição da vara federal de Aparecida de Goiânia/GO.

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>3</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>11</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup> [16/2013](#)<sup>7</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>8</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>3</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>4</sup>

<sup>4</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>5</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>6</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>9</sup>

<sup>5</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>6</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>8</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>11</sup>, 30/2016, alterada por Resolução Presi [8550068/2019](#) (transforma em Unidade Judicial Autônoma e convertida em vara de juizado especial federal cível e criminal).

<sup>11</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - [Subseção Judiciária de FORMOSA](#)

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
Vara Única	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ;	Resolução TRF1 n. <a href="#">14/2010</a>
		Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>3</sup>	Portaria TRF1 n. <a href="#">437/2010</a>

<sup>1</sup>Resolução [14/2010](#): alterada por Resoluções [22/2010](#)<sup>2</sup>, [24/2011](#)<sup>5</sup>, [22/2012](#)<sup>4</sup>, [33/2013](#), [36/2016](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2010](#): alterada por Resolução [24/2011](#)<sup>5</sup>

<sup>3</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>4</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>5</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - [Subseção Judiciária de ITUMBIARA](#)

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
Vara Única	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ;	Resolução TRF1 n. <a href="#">21/2011</a>
		Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Portaria TRF1 n. <a href="#">337/2012</a>

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

#### - [Subseção Judiciária de JATAÍ](#)\*

Inclui em sua base territorial os municípios de Aparecida do Rio Doce, Cachoeira Alta, Caçu, Paranaiguara e São Simão, conforme Resolução Presi [8550068/2019](#).

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
Vara Única	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ;	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2010</a> <sup>3</sup>
		Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Portaria TRF1 n. <a href="#">257/2011</a>

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>3</sup>Resolução [24/2010](#): alterada por Resoluções [4/2011](#), [24/2011](#)<sup>4</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup>, [33/2013](#)

<sup>4</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - [Subseção Judiciária de LUZIÂNIA](#)

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
Vara Única	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>10</sup>
JEF Adjunto	Plena – cível e criminal	-----	Portaria TRF1 n. <a href="#">457/2006</a>

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>3</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>11</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup> [16/2013](#)<sup>7</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>8</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>3</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>4</sup>

<sup>4</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>5</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>6</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>9</sup>

<sup>5</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>6</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>8</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>11</sup>, [30/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - [Subseção Judiciária de RIO VERDE](#)\*

Exclui da base territorial os municípios de Aparecida do Rio Doce, Cachoeira Alta, Caçu, Paranaiguara e São Simão, conforme Resolução Presi [8550068/2019](#)

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
Vara Única	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>10</sup>
JEF Adjunto	Plena – cível e criminal	-----	Portaria TRF1 n. <a href="#">469/2006</a> .

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>3</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>11</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup> [16/2013](#)<sup>7</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>8</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>3</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>4</sup>

<sup>4</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>5</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>6</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>9</sup>

<sup>5</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>6</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>8</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>11</sup>, [30/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - Subseção Judiciária de URUAÇU

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
Vara Única	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; <a href="#">Resolução CJF n. 102/2010</a> <sup>3</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">14/2010</a> <sup>1</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">438/2010</a>

<sup>1</sup>Resolução [14/2010](#): alterada por Resoluções [22/2010](#)<sup>2</sup>, [24/2011](#)<sup>5</sup>, [22/2012](#)<sup>4</sup>, [33/2013](#), [36/2016](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2010](#): alterada por Resolução [24/2011](#)<sup>5</sup>

<sup>3</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>4</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>5</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### Seção Judiciária do MARANHÃO

Criação: [Lei n. 5.010/1966](#)

Jurisdição: Resolução TRF1 n. [3/2012](#)<sup>8</sup>

<b>VARAS</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
1ª Vara	JEF ADJUNTO CRIMINAL *25 26 27 28 29 30	<a href="#">Lei n. 5.010/1966</a> – anexo	Decreto-Lei n. <a href="#">253/1967</a> Resolução Presi n. 49 de 28/09/22 <a href="#">Rel 49</a>
2ª Vara	JEF ADJUNTO CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 7.178/1983</a>	Provimento CJF n. <a href="#">264/1984</a>
3ª Vara	CIVEL GERAL***	<a href="#">Lei n. 7.583/1987</a>	Provimento CJF n. <a href="#">326/87</a>
4ª Vara	EX. FISCAL	<a href="#">Lei n. 9.788/1999</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">2/1999</a>
5ª Vara	CIVEL	<a href="#">Lei n. 9.788/1999</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">2/1999</a>
6ª Vara	CIVEL	<a href="#">Lei n. 9.788/1999</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">2/1999</a> Resolução <a href="#">53/2022</a>
7ª Vara	JEF	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2003</a> <sup>1</sup>
8ª Vara	Ambiental e Agrária **	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> <a href="#">Resolução CJF n. 102/2010</a> <sup>7</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">14/2010</a> <sup>5</sup>
9ª Vara	JEF CÍVEL****	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; <a href="#">Resolução CJF n. 102/2010</a> <sup>7</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">14/2010</a> <sup>5</sup>
10ª Vara	JEF CÍVEL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; <a href="#">Resolução CJF n. 102/2010</a> <sup>7</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2010</a> <sup>11</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">268/2011</a> .
11ª Vara	EXECUÇÃO FISCAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ;	Resolução TRF1 n. <a href="#">22/2012</a> <sup>10</sup>

		Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>7</sup>	Portaria TRF1 n. <a href="#">128/2013</a> <sup>16</sup>	n
12ª Vara	JEF CÍVEL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>7</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">33/2013</a>	n
13ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>7</sup>	Portaria TRF1 n. <a href="#">71/2014</a> Resolução TRF1 n. <a href="#">33/2013</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">260/2014</a>	n

\*Vara Criminal especializada para processar e julgar crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, de acordo com a Resolução n. [21/2003](#)

\*\* Vara Federal especializada em matéria ambiental e agrária, de acordo com a Portaria n. [248/2010](#), alterada por Portaria n. [491/2011](#)

\*\*\* Vara Federal passa a ter competência cível geral, de acordo com a Portaria n. [248/2010](#), alterada por Portaria n. [491/2011](#)

\*\*\*\* Competência definida pela Portaria Presi/Cenag n. [249/2010](#), alterada por Portaria n. [1012/2010](#)

<sup>1</sup>Resolução TRF1 n. [18/2003](#): alterada por Resoluções [4/2005](#)<sup>2</sup>, [5/2005](#)<sup>2</sup>, [11/2005](#)<sup>2</sup>, [12/2005](#)<sup>2</sup>, [24/2005](#)<sup>4</sup>, [29/2005](#), [8/2009](#)<sup>3</sup>, [14/2009](#), [24/2011](#)<sup>23</sup>, [4/2012](#), [20/2013](#)

<sup>2</sup>Resoluções [4/2005](#), [5/2005](#), [11/2005](#) e [12/2005](#): alteradas por Resolução [8/2009](#)<sup>3</sup>.

<sup>3</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>13</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>23</sup>, [22/2012](#)<sup>10</sup>, [16/2013](#)<sup>19</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>20</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>4</sup>Resolução [24/2005](#): alterada por Resoluções [27/2005](#) e [8/2009](#)<sup>3</sup>.

<sup>5</sup>Resolução [14/2010](#): alterada por Resoluções [22/2010](#)<sup>6</sup>, [24/2011](#)<sup>23</sup>, [22/2012](#)<sup>10</sup>, [33/2013](#), [36/2016](#)

<sup>6</sup>Resolução [22/2010](#): alterada por Resolução [24/2011](#)

<sup>7</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>8</sup>Resolução [3/2012](#): alterada por Resoluções [10/2012](#)<sup>9</sup> e [9/2013](#)<sup>12</sup>

<sup>9</sup>Resolução [10/2012](#): revogada por Resolução [9/2013](#)<sup>12</sup>

<sup>10</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>11</sup>Resolução [24/2010](#): alterada por Resoluções [4/2011](#), [24/2011](#)<sup>23</sup>, [22/2012](#)<sup>10</sup>, [33/2013](#).

<sup>12</sup>Resolução [9/2013](#): alterada por Portaria [198/2014](#)<sup>24</sup> e revogada por Resolução [14/2015](#)<sup>18</sup>

<sup>13</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>14</sup>

<sup>14</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>15</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>17</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>21</sup>

<sup>15</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>16</sup>Portaria [128/2013](#): alterada por Portaria [136/2013](#)

<sup>17</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>18</sup>Resolução [14/2015](#): alterada parcialmente por Resolução [46/2015](#), [7/2016](#) e revogada por [8/2016](#)<sup>22</sup>

<sup>19</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>20</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)



<sup>21</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>22</sup>Resolução [8/2016](#): alterada por [46/2016](#), [51/2016](#), [3/2017](#), [9/2017](#), [26/2017](#)

<sup>23</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

<sup>24</sup>Portaria [198/2014](#): alterada por Resolução [26/2017](#)

<sup>25</sup> Resolução Presi [6535439/2018](#), acresce a esta vara especializada em matéria criminal e em crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, competência ampliada para processar e julgar os crimes praticados por organizações criminosas

<sup>26</sup> Resolução Presi [6876906/2018](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [6648019/2018](#)

<sup>27</sup> Resolução Presi [7168031/2018](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [6876906/2018](#)

<sup>28</sup> Resolução Presi [7843043/2019](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [7168031/2018](#)

<sup>29</sup> Resolução Presi [8026596/2019](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [7843043/2019](#)

<sup>30</sup> Resolução Presi [8092227/2019](#), acresce a esta vara especializada em matéria criminal e em crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, competência ampliada para processar e julgar os crimes praticados por organizações criminosas e revoga a Resolução Presi [6535439/2018](#)<sup>25</sup>

<sup>31</sup> Resolução [49/2022](#) (especialização da 1ª Vara – crimes por atos de violência político-partidária)

<sup>32</sup> Resolução [53/2022](#) (Altera a estrutura organizacional da 6ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão)

#### - [Subseção Judiciária de BACABAL](#)

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
Vara Única	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>3</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">14/2010</a> <sup>1</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">439/2010</a>

<sup>1</sup>Resolução [14/2010](#): alterada por Resoluções [22/2010](#)<sup>2</sup>, [24/2011](#)<sup>5</sup>, [22/2012](#)<sup>4</sup>, [33/2013](#), [36/2016](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2010](#): alterada por Resolução [24/2011](#)<sup>5</sup>

<sup>3</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
Vara Única - <a href="#">Subseção Judiciária de BALSAS</a>	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Resolução 19/2013</a> , <a href="#">27/2013</a> <a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2010</a> ; Resolução TRF1 n. <a href="#">33/2013</a> ; Portaria TRF1 n. <a href="#">310/2014</a>

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
Vara Única <a href="#">288/2014</a>	GERAL E JEF ADJUNTO	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">10/2005</a>

#### - [Subseção Judiciária de CAXIAS](#)

Única	CÍVEL E CRIMINAL		alterada por Res. <a href="#">8/2009</a> <sup>1</sup> e <a href="#">24/2011</a> <sup>12</sup>
JEF Adjunto	Plena – cível e criminal	-----	Portaria TRF1 n. <a href="#">408/2006</a> <sup>6</sup>

Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#), [13/2011](#), [24/2011](#), [16/2013](#)<sup>9</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>10</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>3</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>4</sup>

<sup>4</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>5</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>8</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>11</sup>

<sup>5</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>6</sup>Portaria [408/2006](#): alterada por Portaria [5/2007](#)<sup>7</sup> e [27/2007](#)

<sup>7</sup>Portaria [5/2007](#): alterada por Portaria [27/2007](#).

<sup>8</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>9</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>12</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - Subseção Judiciária de IMPERATRIZ

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª Vara	GERAL e JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 7.631/87</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/1995</a>
2ª Vara	GERAL e JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Resolução TRF1 <a href="#">21/2011</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">25/2012</a>

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

#### Seção Judiciária de MATO GROSSO

Criação: [Lei n. 5.010/1966](#)

Jurisdição: Resolução TRF1 n. [3/2012](#)<sup>8</sup>

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª Vara	CIVEL/AGR. <sup>23</sup>	<a href="#">Lei n. 5.010/1966</a> – anexo	Decreto-Lei n. <a href="#">253/1967</a>
2ª Vara	CIVEL	<a href="#">Lei n. 7.178/1983</a>	Provimento CJF n. <a href="#">264/1984</a>
3ª Vara	CIVEL	<a href="#">Lei n. 7.583/1987</a>	Provimento CJF n. <a href="#">351/87</a>
4ª Vara	EX. FISCAL	<a href="#">Lei n. 9.788/1999</a>	Resolução TRF n. <a href="#">2/1999</a>
5ª Vara	CRIMINAL * <sup>24 25 26 27 28 29</sup>	<a href="#">Lei n. 9.788/1999</a>	Resolução TRF n. <a href="#">2/1999</a>  Resolução Presi n. 49 de 28/09/22 <a href="#">Rel 49</a>
6ª Vara	JEF**	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2003</a> <sup>1</sup>

7ª Vara	JEF ADJUNTO CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; <a href="#">Resolução CJF n. 102/2010</a> <sup>7</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">14/2010</a> <sup>9</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">445/2010</a>
8ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; <a href="#">Resolução CJF n. 102/2010</a> <sup>7</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">22/2012</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">21/2013</a>
9ª Vara	JEF CÍVEL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; <a href="#">Resolução CJF n. 102/2010</a> <sup>7</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">33/2013</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">70/2014</a>

\* Vara Federal especializada em matéria criminal, de acordo com a Resolução/Presi/Cenag n. [23/2010](#)

\*\* Vara Federal processará e julgará exclusivamente feitos cíveis, de acordo com a Resolução n. [23/2010](#)

<sup>1</sup>Resolução TRF1 n. [18/2003](#)<sup>1</sup>: alterada por Resoluções [4/2005](#)<sup>2</sup>, [5/2005](#)<sup>2</sup>, [11/2005](#)<sup>2</sup>, [12/2005](#)<sup>2</sup>, [24/2005](#)<sup>4</sup>, [29/2005](#), [8/2009](#)<sup>3</sup>, [14/2009](#), [24/2011](#)<sup>21</sup>, [4/2012](#), [20/2013](#)

<sup>2</sup>Resoluções [4/2005](#), [5/2005](#), [11/2005](#) e [12/2005](#): alteradas por Resolução [8/2009](#)<sup>3</sup>

<sup>3</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>12</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>21</sup>, [22/2012](#)<sup>10</sup>, [16/2013](#)<sup>17</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>18</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>4</sup>Resolução [24/2005](#): alterada por Resoluções [27/2005](#) e [8/2009](#)<sup>3</sup>

<sup>5</sup>Resolução [14/2010](#): alterada por Resoluções [22/2010](#)<sup>6</sup>, [24/2011](#)<sup>21</sup>, [22/2012](#)<sup>10</sup>, [33/2013](#), [36/2016](#)

<sup>6</sup>Resolução [22/2010](#): alterada por Resolução [24/2011](#)

<sup>7</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>8</sup>Resolução [3/2012](#): alterada por Resoluções [10/2012](#)<sup>9</sup> e [9/2013](#)<sup>11</sup>

<sup>9</sup>Resolução [10/2012](#): revogada por Resolução [9/2013](#)<sup>11</sup>

<sup>10</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>11</sup>Resolução [9/2013](#): alterada por Portaria [198/2014](#)<sup>22</sup> e revogada por Resolução [14/2015](#)<sup>16</sup>

<sup>12</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>13</sup>

<sup>13</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>14</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>15</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>19</sup>

<sup>14</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>15</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>16</sup>Resolução [14/2015](#): alterada parcialmente por Resolução [46/2015](#), [7/2016](#) e revogada por [8/2016](#)<sup>20</sup>

<sup>17</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>18</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>19</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>20</sup>Resolução [8/2016](#): alterada por [46/2016](#), [51/2016](#), [3/2017](#), [9/2017](#), [26/2017](#)

<sup>21</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

<sup>22</sup>Portaria [198/2014](#): alterada por Resolução [26/2017](#)

<sup>23</sup>Especialização definida pelo Provimento CJF n. [332/1987](#)

<sup>24</sup>Resolução Presi [6535439/2018](#), especializar vara para processar e julgar crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, e os praticados por organizações criminosas

<sup>25</sup>Resolução Presi [6876906/2018](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [6648019/2018](#)

<sup>26</sup> Resolução Presi [7168031/2018](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [6876906/2018](#)

<sup>27</sup> Resolução Presi [7843043/2019](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [7168031/2018](#)

<sup>28</sup> Resolução Presi [8026596/2019](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [7843043/2019](#)

<sup>29</sup> Resolução Presi [8092227/2019](#), especializar vara para processar e julgar crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, e os praticados por organizações criminosas e revoga a Resolução Presi [6535439/2018](#)<sup>24</sup>

<sup>30</sup> Resolução [49/2022](#) (especialização da 5ª Vara – crimes por atos de violência político-partidária)

#### - [Subseção Judiciária do BARRA DO GARÇAS](#)

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	GERAL e JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ;	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2010</a>
		Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Portaria TRF1 n. <a href="#">421/2011</a>

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>3</sup>Resolução [24/2010](#): alterada por Resoluções [4/2011](#), [24/2011](#)<sup>4</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup>, [33/2013](#)

<sup>4</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - [Subseção Judiciária de CÁCERES](#)

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª Vara	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a>
		<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ;	Resolução TRF1 n. <a href="#">22/2012</a>
2ª Vara	GERAL c/ JEF Adjunto CÍVEL E CRIMINAL	Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>2</sup>	Portaria TRF1 n. <a href="#">399/2012</a>

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>4</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>12</sup>, [22/2012](#)<sup>3</sup>, [16/2013](#)<sup>8</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>9</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>3</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>4</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>5</sup>

<sup>5</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>6</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>7</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>10</sup>

<sup>6</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#).

<sup>7</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>8</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>12</sup>, [30/2016](#)

<sup>12</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

- [Subseção Judiciária de JUÍNA](#)

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">22/2012</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">112/2013</a> <sup>2</sup>

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>2</sup>Portaria n. [112/2013](#): alterada por Portaria n. [119/2013](#)

<sup>3</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

- [Subseção Judiciária de DIAMANTINO](#)

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>3</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">14/2010</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">433/2010</a> .

<sup>1</sup>Resolução [14/2010](#): alterada por Resoluções [22/2010](#)<sup>2</sup>, [24/2011](#)<sup>5</sup>, [22/2012](#)<sup>4</sup>, [33/2013](#), [36/2016](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2010](#): alterada por Resolução [24/2011](#)<sup>5</sup>

<sup>3</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>4</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>5</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

- [Subseção Judiciária de RONDONÓPOLIS](#)

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª Vara	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>10</sup>
2ª Vara	JEF Cível e Criminal	<a href="#">Lei n. 13.251/2016</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">30/2016</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">282/2016</a>

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>3</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>11</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup>, [16/2013](#)<sup>7</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>8</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>3</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>4</sup>

<sup>4</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>5</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>6</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>9</sup>

<sup>5</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>6</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>8</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>11</sup>, [30/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

## - Subseção Judiciária de SINOP

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª Vara	JEF ADJUNTO PREVID. E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>12</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">131/2007</a> <sup>7</sup>
2ª Vara	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>2</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">21/2011</a> ; Portaria TRF1 n. <a href="#">257/2012</a> .

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>4</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>13</sup>, [22/2012](#)<sup>3</sup> [16/2013](#)<sup>9</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>10</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>3</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>4</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>5</sup>

<sup>5</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>6</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>8</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>11</sup>

<sup>6</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>7</sup>Portaria [131/2007](#): revogada parcialmente por Resolução [19/2014](#)

<sup>8</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>9</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>12</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>13</sup>, [30/2016](#)

<sup>13</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

## Seção Judiciária de MINAS GERAIS

Criação: Lei n. 5.010/66

Jurisdição: Resolução TRF1 n. [3/2012](#)<sup>10</sup>

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª Vara	JEF**	<a href="#">Lei n. 5.010/1966</a> – anexo I	Decreto-Lei n. <a href="#">253/1967</a>
2ª Vara	JEF***	<a href="#">Lei n. 5.010/1966</a> – anexo I	Decreto-Lei n. <a href="#">253/1967</a>
3ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 5.010/1966</a> – anexo I	Decreto-Lei n. <a href="#">253/1967</a>
4ª Vara	CRIMINAL * <a href="#">26</a> <a href="#">28</a> <a href="#">29</a> <a href="#">30</a> <a href="#">31</a> <a href="#">32</a>	<a href="#">Lei n. 5.677/1971</a>	Provimento CJF n. <a href="#">64/1971</a>
5ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 5.677/1971</a>	Provimento CJF n. <a href="#">64/1971</a>
6ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 7.178/1983</a>	Provimento CJF n. <a href="#">264/1984</a>
7ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 7.178/1983</a>	Provimento CJF n. <a href="#">264/1984</a>
8ª Vara <sup>27</sup>	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 7.178/1983</a>	Provimento CJF n. <a href="#">264/1984</a>
9ª Vara	CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 7.178/1983</a>	Provimento CJF n. <a href="#">264/1984</a>
10ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 7.178/1983</a>	Provimento CJF n. <a href="#">264/1984</a>
11ª Vara	CRIMINAL <sup>1</sup>	<a href="#">Lei n. 7.178/1983</a>	Provimento CJF n. <a href="#">272/1985</a>
12ª Vara	CÍVEL e AGRÁRIA	<a href="#">Lei n. 7.583/1987</a>	Provimento CJF n. <a href="#">322/1987</a>

13ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 7.583/1987</a>	Provimento CJF n. <a href="#">322/1987</a>
14ª Vara	CIVEL	<a href="#">Lei n. 7.583/1987</a>	Provimento CJF n. <a href="#">322/1987</a>
15ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">4/1998</a>
16ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">4/1998</a>
17ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">4/1998</a>
18ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">4/1998</a>
19ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">4/1998</a>
20ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">4/1998</a>
21ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/1998</a>
22ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/1998</a>
23ª Vara	EXECUÇÃO FISCAL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/1998</a>
24ª Vara	EXECUÇÃO FISCAL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/1998</a>
25ª Vara	EXECUÇÃO FISCAL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/1998</a>
26ª Vara	EXECUÇÃO FISCAL	<a href="#">Lei n. 9.788/1999</a>	Resolução TRF 1n. <a href="#">2/1999</a>
27ª Vara	EXECUÇÃO FISCAL	<a href="#">Lei n. 9.788/1999</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">2/1999</a>
28ª Vara	JEF****	<a href="#">Lei n. 9.788/1999</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">2/1999</a>
29ª Vara	JEF****	<a href="#">Lei n. 9.788/1999</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">2/1999</a>
30ª Vara	JEF	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2003</a> <sup>3</sup>
31ª Vara	JEF	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2003</a> <sup>3</sup>
32ª Vara	JEF	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2003</a> <sup>3</sup>
33ª Vara <sup>2</sup>	JEF CÍVEL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; <a href="#">Resolução CJF n. 102/2010</a> <sup>9</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">14/2010</a> <sup>7</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">230/2010</a>
34ª Vara	JEF CÍVEL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; <a href="#">Resolução CJF n. 102/2010</a> <sup>9</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">21/2011</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">26/2012</a> .
35ª Vara	CRIMINAL <sup>25</sup>	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; <a href="#">Resolução CJF n. 1 2/2010</a> <sup>9</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2011</a> <sup>23</sup> Resolução TRF1 n. <a href="#">33/2013</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">216/2013</a>

\* Vara Criminal especializada para processar e julgar crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, de acordo com a Resolução TRF1 n. [21/2003](#)

\*\* Vara Federal convertida em Vara de Juizado Especial Federal, de acordo com a Resolução TRF1 n. [24/2005](#) alterada pelas Resoluções n.s [27/2005](#) e [8/2009](#)<sup>5</sup>.

\*\*\* Vara Federal convertida em Vara de Juizado Especial Federal, de acordo com a Resolução n. [9/2003](#), alterada por Resolução [18/2003](#)<sup>3</sup>.

\*\*\*\* Vara Federal convertida em Vara de Juizado Especial Federal, de acordo com a Resolução TRF1 n. [14/2009](#)

<sup>1</sup>Vara Federal especializada em matéria criminal, de acordo com a Resolução TRF1 n. [7/2014](#).

<sup>2</sup>Denominação dada pela Portaria [Presi/Cenag n. 230](#), de 11/06/2010

<sup>3</sup>Resolução TRF1 n. [18/2003](#): alterada por Resoluções [4/2005](#)<sup>4</sup>, [5/2005](#)<sup>4</sup>, [11/2005](#)<sup>4</sup>, [12/2005](#)<sup>2</sup>, [24/2005](#)<sup>6</sup>, [29/2005](#), [8/2009](#)<sup>5</sup>, [14/2009](#), [24/2011](#)<sup>23</sup>, [4/2012](#), [20/2013](#)

<sup>4</sup>Resoluções [4/2005](#), [5/2005](#), [11/2005](#) e [12/2005](#): alteradas por Resolução [8/2009](#)<sup>5</sup>

<sup>5</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>14</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>23</sup>, [22/2012](#)<sup>12</sup> [16/2013](#)<sup>19</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>20</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>6</sup>Resolução [24/2005](#): alterada por Resoluções [27/2005](#) e [8/2009](#)<sup>5</sup>

<sup>7</sup>Resolução [14/2010](#): alterada por Resoluções [22/2010](#)<sup>8</sup>, [24/2011](#)<sup>23</sup>, [22/2012](#)<sup>12</sup>, [33/2013](#), [36/2016](#)

<sup>8</sup>Resolução [22/2010](#): alterada por Resolução [24/2011](#)<sup>23</sup>

<sup>9</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>10</sup>Resolução [3/2012](#): alterada por Resoluções [10/2012](#)<sup>11</sup> e [9/2013](#)<sup>13</sup>

<sup>11</sup>Resolução [10/2012](#): revogada por Resolução [9/2013](#)<sup>13</sup>

<sup>12</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>13</sup>Resolução [9/2013](#): alterada por Portaria [198/2014](#)<sup>24</sup> e revogada por Resolução [14/2015](#)<sup>18</sup>

<sup>14</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>15</sup>

<sup>15</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>16</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>17</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>21</sup>

<sup>16</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>17</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>18</sup>Resolução [14/2015](#): alterada parcialmente por Resolução [46/2015](#), [7/2016](#) e revogada por [8/2016](#)<sup>22</sup>

<sup>19</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>20</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>21</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>22</sup>Resolução [8/2016](#): alterada por [46/2016](#), [51/2016](#), [3/2017](#), [9/2017](#), [26/2017](#)

<sup>23</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

<sup>24</sup>Portaria [198/2014](#): alterada por Resolução [26/2017](#)

<sup>25</sup> Vara Criminal especializada para processar e julgar crimes cibernéticos próprios e crimes praticados contra criança e adolescentes pela internet, de acordo com a Resolução Presi [5747798/2018](#)

<sup>26</sup> Resolução Presi [6535439/2018](#), acresce a esta vara especializada em matéria criminal e em crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, competência ampliada para processar e julgar os crimes praticados por organizações criminosas

<sup>27</sup> Resolução Presi [7070190/2018](#), realocação da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais para cria a 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Sete Lagoas/MG

<sup>28</sup> Resolução Presi [6876906/2018](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [6648019/2018](#)

<sup>29</sup> Resolução Presi [7168031/2018](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [6876906/2018](#)

<sup>30</sup> Resolução Presi [7843043/2019](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [7168031/2018](#)

<sup>31</sup> Resolução Presi [8026596/2019](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [7843043/2019](#)

<sup>32</sup> Resolução Presi [8092227/2019](#), acresce a esta vara especializada em matéria criminal e em crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, competência ampliada para processar e julgar os crimes praticados por organizações criminosas e revoga a Resolução Presi [6535439/2018](#)<sup>26</sup>



- [Subseção Judiciária de CONTAGEM](#)

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	criação	Implantação
1ª Vara	JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ;	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2010</a> <sup>3</sup>
		Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Portaria TRF1 n. <a href="#">259/2011</a> .
2ª Vara	JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ;	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2010</a> <sup>3</sup>
		Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Portaria TRF1 n. <a href="#">259/2011</a> .
3ª Vara	EXECUÇÃO FISCAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ;	Resolução TRF1 n. <a href="#">33/2013</a>
		Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Portaria TRF1 n. <a href="#">259/2014</a>

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>3</sup>Resolução [24/2010](#): alterada por Resoluções [4/2011](#), [24/2011](#)<sup>4</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup>, [33/2013](#).

<sup>4</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

- [Subseção Judiciária de DIVINÓPOLIS](#)

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	criação	Implantação
1ª Vara	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>10</sup>
JEF Adjunto	Plena – cível e criminal	-----	Portaria TRF1 n. <a href="#">396/2006</a> alterada por Portarias <a href="#">492/2006</a> e <a href="#">194/2007</a> .
2ª Vara	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>10</sup>
JEF Adjunto	Plena – cível e criminal	-----	Portaria TRF1 n. <a href="#">396/2006</a> alterada por Portarias <a href="#">492/2006</a> e <a href="#">194/2007</a> .

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>3</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>11</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup>, [16/2013](#)<sup>7</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>8</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>3</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>4</sup>

<sup>4</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>5</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>6</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>9</sup>

<sup>5</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>6</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>8</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>11</sup>, [30/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

- [Subseção Judiciária de GOVERNADOR VALADARES](#)

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	criação	Implantação
-------	----------------------------	---------	-------------

1ª Vara	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>11</sup>
2ª Vara	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>11</sup>
3ª Vara	JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>6</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2011</a> <sup>12</sup> e <a href="#">33/2013</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">422/2014</a>

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>3</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>12</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup>, [16/2013](#)<sup>8</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>9</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>3</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>4</sup>

<sup>4</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>5</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>7</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>10</sup>

<sup>5</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>6</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>8</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>12</sup>, [30/2016](#)

<sup>12</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - Subseção Judiciária de IPATINGA

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	criação	Implantação
1ª Vara	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>12</sup>
2ª Vara	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2010</a> <sup>4</sup> ; Portaria TRF1 n. <a href="#">386/2011</a>

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>5</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>13</sup>, [22/2012](#)<sup>3</sup>, [16/2013](#)<sup>9</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>10</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>3</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>4</sup>Resolução [24/2010](#): alterada por Resoluções [4/2011](#), [24/2011](#), [22/2012](#)<sup>3</sup>, [33/2013](#).

<sup>5</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>6</sup>

<sup>6</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>7</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>8</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>11</sup>

<sup>7</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>8</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>9</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>12</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>13</sup>, [30/2016](#)

<sup>13</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - [Subseção Judiciária de ITUIUTABA](#)

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
Vara Única	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ;	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2011</a> <sup>2</sup>
		Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">33/2013</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">328/2014</a>

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>2</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - [Subseção Judiciária de JANAÚBA](#)

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
Vara Única	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ;	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2011</a> <sup>2</sup>
		Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">33/2013</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">328/2014</a>

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>2</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - [Subseção Judiciária de JUIZ DE FORA](#)

<b>VARAS</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETENCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
1ª Vara	JEF	<a href="#">Lei n. 7.583/1987</a>	Provimento CJF n. <a href="#">331/1987</a> Resolução TRF1 n. <a href="#">4/2012</a>
2ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">4/1998</a>
3ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/1998</a>
4ª Vara	CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">21/2011</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">100/2012</a>
5ª Vara	JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">22/2012</a> <sup>2</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">28/2013</a>

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

#### - [Subseção Judiciária de LAVRAS](#)

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
-------------	-----------------------------------	----------------	--------------------

Vara Única	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	Lei n. 10.772/2003	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>10</sup>
JEF Adjunto	Plena – cível e criminal	-----	Portaria TRF1 n. <a href="#">440/2006</a>

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>3</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>11</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup>, [16/2013](#)<sup>7</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>8</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>3</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>4</sup>

<sup>4</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>5</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>6</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>9</sup>

<sup>5</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>6</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>8</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>11</sup>, [30/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - [Subseção Judiciária de MANHUAÇU](#)

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2010</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">216/2011</a> , alterada por Portaria <a href="#">343/2011</a>

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>3</sup>Resolução [24/2010](#): alterada por Resoluções [4/2011](#), [24/2011](#)<sup>4</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup>, [33/2013](#)

<sup>4</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - [Subseção Judiciária de MONTES CLAROS](#)

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª Vara	JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL*	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>12</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">508/2005</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">108/2007</a> <sup>13</sup>
2ª Vara	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>2</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2010</a> <sup>4</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">187/2011</a> <sup>13</sup>
3ª Vara	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>2</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">22/2012</a> <sup>3</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">25/2013</a>

\* ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA alterada conforme Portaria TRF1 n. [253/2011](#)

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>5</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>14</sup>, [22/2012](#)<sup>3</sup>

[16/2013](#)<sup>9</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>10</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#).

<sup>3</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>4</sup>Resolução [24/2010](#): alterada por Resoluções [4/2011](#), [24/2011](#)<sup>14</sup>, [22/2012](#)<sup>3</sup>, [33/2013](#)

<sup>5</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>6</sup>

<sup>6</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>7</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>8</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>11</sup>

<sup>7</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>8</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>9</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>12</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>14</sup>, [30/2016](#)

<sup>13</sup>Portaria [108/2007](#): alterada por Portaria [129/2007](#)

<sup>14</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - Subseção Judiciária de MURIAÉ

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ;	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2010</a>
		Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Portaria TRF1 n. <a href="#">394/2011</a> .

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>3</sup>Resolução [24/2010](#): alterada por Resoluções [4/2011](#), [24/2011](#)<sup>4</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup>, [33/2013](#).

<sup>4</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - Subseção Judiciária de PARACATU

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ;	Resolução TRF1 n. <a href="#">14/2010</a>
		Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>3</sup>	Portaria TRF1 n. <a href="#">432/2010</a>

<sup>1</sup>Resolução [14/2010](#): alterada por Resoluções [22/2010](#)<sup>2</sup>, [24/2011](#)<sup>5</sup>, [22/2012](#)<sup>4</sup>, [33/2013](#), [36/2016](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2010](#): alterada por Resolução [24/2011](#)<sup>5</sup>.

<sup>3</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>4</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>5</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - Subseção Judiciária de PASSOS

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
-------	----------------------------	---------	-------------

Vara Única	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">3/2005</a> <sup>11</sup>
JEF Adjunto	Plena – cível e criminal	-----	Portaria TRF1 n. <a href="#">132/2007</a>

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>3</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>12</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup> [16/2013](#)<sup>7</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>8</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>3</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>4</sup>

<sup>4</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>5</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>6</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>9</sup>

<sup>5</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>6</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>8</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>12</sup>, [30/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução TRF1 n. [3/2005](#) alterada por [8/2009](#)<sup>1</sup>, [18/2005](#)<sup>10</sup>, [24/2011](#)<sup>12</sup>

<sup>12</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - [Subseção Judiciária de PATOS DE MINAS](#)

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª Vara	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a>
2ª Vara	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>2</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">22/2012</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">122/2013</a> <sup>8</sup>

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>4</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>13</sup>, [22/2012](#)<sup>3</sup> [16/2013](#)<sup>9</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>10</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>3</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>4</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>5</sup>

<sup>5</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>6</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>7</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>11</sup>

<sup>6</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>8</sup>Portaria [122/2013](#): alterada por Portaria [135/2013](#)

<sup>9</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>12</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>13</sup>, [30/2016](#)

<sup>13</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

- [Subseção Judiciária de POÇOS DE CALDAS](#)


<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>2</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

- [Subseção Judiciária de PONTE NOVA](#)


<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

- [Subseção Judiciária de POUSO ALEGRE](#)

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
1ª Vara	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>11</sup>
2ª Vara	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>2</sup>	Resolução TRF1 <a href="#">21/2011</a> Portaria n. <a href="#">74/2012</a>

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>4</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>12</sup>, [22/2012](#)<sup>3</sup>, [16/2013](#)<sup>8</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>9</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>3</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>4</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>5</sup>

<sup>5</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>6</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>7</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>10</sup>

<sup>6</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>8</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>12</sup>, [30/2016](#)

<sup>12</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

- Subseção Judiciária de SÃO JOÃO DEL REI

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
Vara Única	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>10</sup>
JEF Adjunto	Plena – cível e criminal	-----	Portaria TRF1 n. <a href="#">455/2006</a>

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>3</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>11</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup>, [16/2013](#)<sup>7</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>8</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>3</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>4</sup>

<sup>4</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>5</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>6</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>9</sup>

<sup>5</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>6</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>8</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>11</sup>, [30/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

- Subseção Judiciária de SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
Vara Única	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>10</sup>
JEF Adjunto	Plena – cível e criminal	-----	Portaria TRF1 n. <a href="#">160/2007</a>

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>3</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>11</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup>, [16/2013](#)<sup>7</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>8</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>3</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>4</sup>

<sup>4</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>5</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>6</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>9</sup>

<sup>5</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>6</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>8</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>11</sup>, [30/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

- Subseção Judiciária de SETE LAGOAS

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
1ª Vara	GERAL E JEF CÍVEL E		Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>10</sup>



	<b>CRIMINAL</b>	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	
2ª Vara	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	Resolução Presi <a href="#">7070190/2018</a> <sup>12</sup>	Portaria TRF1 n. <a href="#">146/2007</a>

Resolução [9750932](#) dispõe sobre a criação da Unidade Avançada de Atendimento de CURVELO-MG (residentes e domiciliados em Curvelo, Felixlândia, Inimutaba, Morro da Garça, Corinto, Santo Hipólito, Presidente Juscelino, Três Marias, Morada Nova de Minas e Biquinhas).

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>3</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>11</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup> [16/2013](#)<sup>7</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>8</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup> Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>3</sup> Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>5</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>6</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>9</sup>

<sup>5</sup> Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>6</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>8</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>11</sup>, [30/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

<sup>12</sup>Resolução Presi [7070190/2018](#), criação da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Sete Lagoas/MG, entrará em funcionamento dia 07/01/2019 e terá competência geral (cível, criminal, execuções fiscais) com JEF Adjunto Cível e Criminal

### - [Subseção Judiciária de TEÓFILO OTONI](#)

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	criação	Implantação
Vara Única	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>3</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">14/2010</a> <sup>1</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">436/2010</a>

<sup>1</sup>Resolução [14/2010](#): alterada por Resoluções [22/2010](#)<sup>2</sup>, [24/2011](#)<sup>5</sup>, [22/2012](#)<sup>4</sup>, [33/2013](#), [36/2016](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2010](#): alterada por Resolução [24/2011](#)<sup>5</sup>

<sup>3</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>4</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>5</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

### - [Subseção Judiciária de UBERABA](#)

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	criação	Implantação
1ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 7.583/1987</a>	Provimento CJF n. <a href="#">315/1987</a>
2ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/1998</a> .
3ª Vara	JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ;	Resolução TRF1 n. <a href="#">22/2012</a> <sup>2</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">7/2013</a> ,

		Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	alterada por Portaria n. <a href="#">11/2013</a>
4ª Vara	CÍVEL E CRIMINAL	Lei n. <a href="#">12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">22/2012</a> <sup>2</sup> . Portaria TRF1 n. <a href="#">134/2013</a>

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

#### - [Subseção Judiciária de UBERLÂNDIA](#)

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª vara	CÍVEL	Lei n. <a href="#">7.631/87</a>	CJF n. <a href="#">356/1988</a>
2ª Vara	CÍVEL	Lei n. <a href="#">9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">4/1998</a>
3ª Vara	CÍVEL	Lei n. <a href="#">9.642/1998</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/1998</a> .
4ª Vara	JEF CÍVEL E CRIMINAL	Lei n. <a href="#">12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2010</a> <sup>3</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">131/2011</a>
5ª Vara	EXECUÇÃO FISCAL	Lei n. <a href="#">12.011/2009</a> Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">22/2012</a> <sup>2</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">157/2013</a> <sup>4</sup>

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>3</sup>Resolução [24/2010](#): alterada por Resoluções [4/2011](#), [24/2011](#)<sup>5</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup>, [33/2013](#)

<sup>4</sup> Portaria [157/2013](#): alterada por Portaria n. [186/2013](#)

<sup>5</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - [Subseção Judiciária de UNAÍ](#)

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	Lei n. <a href="#">12.011/2009</a> Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>3</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">14/2010</a> <sup>1</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">434/2010</a>

<sup>1</sup>Resolução [14/2010](#): alterada por Resoluções [22/2010](#)<sup>2</sup>, [24/2011](#)<sup>5</sup>, [22/2012](#)<sup>4</sup>, [33/2013](#), [36/2016](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2010](#): alterada por Resolução [24/2011](#)<sup>5</sup>

<sup>3</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>4</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>5</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - [Subseção Judiciária de VARGINHA](#)

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª Vara	GERAL c/ JEF CÍVEL E CRIMINAL	Lei n. <a href="#">10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>11</sup>

2ª Vara	GERAL c/ JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ;	Resolução TRF1 n. <a href="#">33/2013</a> ;
		Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>3</sup>	Portaria TRF1 n. <a href="#">37/2014</a> .

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>3</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>12</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup> [16/2013](#)<sup>8</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>9</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>3</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>4</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>5</sup>

<sup>5</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>6</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>7</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>10</sup>

<sup>6</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>8</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>12</sup>, [30/2016](#)

<sup>12</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - Subseção Judiciária de VIÇOSA

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">21/2011</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">362/2012</a>

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

#### Seção Judiciária do PARÁ

Criação: [Lei n. 5.010/66](#)

Jurisdição: Resolução TRF1 n. [3/2012](#)<sup>11</sup>

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 5.010/1966</a> - anexo	Decreto-Lei n. <a href="#">253/1967</a>
2ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 7.178/1983</a>	Provimento CJF n. <a href="#">264/1984</a>
3ª Vara	JEF ADJUNTO CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 7.178/1983</a>	Provimento CJF n. <a href="#">295/1986</a>  Resolução Presi n. 49 de 28/09/22 <a href="#">Rel 49</a>
4ª Vara	JEF ADJUNTO CRIMINAL * <b>26 27 28 29 30 31</b>	<a href="#">Lei n. 7.178/1983</a>	Provimento CJF n. <a href="#">360/1988</a>
5ª Vara	CÍVEL GERAL**	<a href="#">Lei n. 8.251/1991</a>	Resolução TRF n. <a href="#">12/1994</a>
6ª Vara	EX. FISCAL	<a href="#">Lei n. 9.788/1999</a>	Resolução TRF n. <a href="#">2/1999</a>
7ª Vara	EX. FISCAL	<a href="#">Lei n. 9.788/1999</a>	Resolução TRF n. <a href="#">2/1999</a>
8ª Vara	JEF	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2003</a> <sup>1</sup>

9ª Vara	AMBIENTAL E AGRÁRIA com JEF ADJUNTO CRIMINAL	Lei n. <a href="#">12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>7</sup> .	Resolução TRF1 n. <a href="#">14/2010</a> <sup>9</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">200/2010</a> <sup>8</sup>
10ª Vara	JEF CÍVEL	Lei n. <a href="#">12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>7</sup>	Resolução TRF1 <a href="#">21/2011</a> ; Portaria TRF1 n. <a href="#">522/2011</a>
11ª Vara	CÍVEL	Lei n. <a href="#">12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>7</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">22/2012</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">71/2013</a>
12ª Vara	JEF CÍVEL	Lei n. <a href="#">12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>7</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">33/2013</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">302/2014</a>

\* Vara Criminal especializada para processar e julgar crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, de acordo com a Resolução n. [21/2003](#)

\*\* Vara passa a ter competência cível geral, de acordo com o art. 4º § 2º da Portaria n. 200/2010, alterada pela Portaria n. [229/2010](#) (ambas alteradas pela Portaria n. [369/2010](#)), e por Portaria n. [491/2011](#)

<sup>1</sup>Resolução n. [18/2003](#): alterada por Resoluções [4/2005](#)<sup>5</sup>, [5/2005](#)<sup>2</sup>, [11/2005](#)<sup>2</sup>, [12/2005](#)<sup>2</sup>, [24/2005](#)<sup>4</sup>, [29/2005](#), [8/2009](#)<sup>3</sup>, [14/2009](#), [24/2011](#)<sup>24</sup>, [4/2012](#), [20/2013](#)

<sup>2</sup>Resoluções [4/2005](#), [5/2005](#), [11/2005](#) e [12/2005](#): alteradas por Resolução [8/2009](#)<sup>3</sup>

<sup>3</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>15</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>24</sup>, [22/2012](#)<sup>13</sup>, [16/2013](#)<sup>20</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>21</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>4</sup>Resolução [24/2005](#): alterada por Resoluções [27/2005](#) e [8/2009](#)<sup>3</sup>

<sup>5</sup>Resolução [14/2010](#): alterada por Resoluções [22/2010](#)<sup>6</sup>, [24/2011](#), [22/2012](#)<sup>13</sup>, [33/2013](#), [36/2016](#)

<sup>6</sup>Resolução [22/2010](#): alterada por Resolução [24/2011](#).

<sup>7</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>8</sup> Portaria [200/2010](#): alterada por Portarias [229/2010](#)<sup>9</sup>, [369/2010](#)<sup>10</sup> e [491/2011](#).

<sup>9</sup> Portaria [229/2010](#)<sup>9</sup>: alterada por Portaria [369/2010](#)<sup>10</sup> e [491/2011](#).

<sup>10</sup> Portaria [369/2010](#): alterada por Portaria [491/2011](#).

<sup>11</sup>Resolução [3/2012](#): alterada por Resoluções [10/2012](#)<sup>12</sup> e [9/2013](#)<sup>14</sup>

<sup>12</sup>Resolução [10/2012](#): revogada por Resolução [9/2013](#)<sup>14</sup>

<sup>13</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>14</sup>Resolução [9/2013](#): alterada por Portaria [198/2014](#)<sup>25</sup> e revogada por Resolução [14/2015](#)<sup>19</sup>.

<sup>15</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>16</sup>

<sup>16</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>17</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>18</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>22</sup>

<sup>17</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>18</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>19</sup>Resolução [14/2015](#): alterada parcialmente por Resolução [46/2015](#), [7/2016](#) e revogada por [8/2016](#)<sup>23</sup>

<sup>20</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>21</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>22</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>23</sup>Resolução [8/2016](#): alterada por [46/2016](#), [51/2016](#), [3/2017](#), [9/2017](#), [26/2017](#)

<sup>24</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

<sup>25</sup>Portaria [198/2014](#): alterada por Resolução [26/2017](#)

<sup>26</sup> Resolução Presi [6535439/2018](#), acresce a esta vara especializada em matéria criminal e em crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, competência ampliada para processar e julgar os crimes praticados por organizações criminosas

<sup>27</sup> Resolução Presi [6876906/2018](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [6648019/2018](#)

<sup>28</sup> Resolução Presi [7168031/2018](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [6876906/2018](#)

<sup>29</sup> Resolução Presi [7843043/2019](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [7168031/2018](#)

<sup>30</sup> Resolução Presi [8026596/2019](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [7843043/2019](#)

<sup>31</sup> Resolução Presi [8092227/2019](#), acresce a esta vara especializada em matéria criminal e em crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, competência ampliada para processar e julgar os crimes praticados por organizações criminosas e revoga a Resolução Presi [6535439/2018](#)<sup>26</sup>

<sup>32</sup> Resolução [49/2022](#) (especialização da 3ª Vara – crimes por atos de violência político-partidária)

#### - Subseção Judiciária de ALTAMIRA

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>10</sup>
JEF Adjunto	Plena - cível e criminal	-----	Portaria TRF1 n. <a href="#">409/2006</a>

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>3</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>11</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup> [16/2013](#)<sup>7</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>8</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>3</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>4</sup>

<sup>4</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>5</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>6</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>9</sup>

<sup>5</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>6</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>8</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>11</sup>, [30/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - Subseção Judiciária de CASTANHAL

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>12</sup>

JEF Adjunto	Previdenciária e Criminal	-----	Portaria TRF1 n. <a href="#">410/2006</a> <sup>6</sup>
-------------	---------------------------	-------	--

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>3</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>13</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup>, [16/2013](#)<sup>9</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>10</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>3</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>4</sup>

<sup>4</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>5</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>8</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>11</sup>

<sup>5</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>6</sup>Portaria [410/2006](#): alterada por Portaria [493/2006](#)<sup>7</sup> e revogada parcialmente por Resolução [19/2014](#)

<sup>7</sup>Portaria [493/2006](#): revogada parcialmente por Resolução [19/2014](#)

<sup>8</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>9</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>12</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>13</sup>, [30/2016](#)

<sup>13</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - Subseção Judiciária de ITAITUBA

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	GERAL c/ JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; <a href="#">Resolução CJF n. 102/2010</a> <sup>1</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">22/2012</a> <sup>3</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">104/2013</a>

<sup>1</sup> Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>2</sup>Portaria TRF1 n. [104/2013](#): alterada por Portaria n. [109/2013](#)<sup>4</sup>

<sup>3</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>4</sup>Portaria n. [109/2013](#): alterada por Portaria [198/2014](#)<sup>5</sup>

<sup>5</sup>Portaria [198/2014](#): alterada por Resolução [26/2017](#)

#### - Subseção Judiciária de MARABÁ

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª Vara	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 7.631/87</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">16/1996</a>
2ª Vara	GERAL COM JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL e Competência em DIREITO AMBIENTAL OU AGRÁRIO	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; <a href="#">Resolução CJF n. 102/2010</a> <sup>1</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2010</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">214/2011</a> , alterada por Portaria n. <a href="#">229/2011</a>

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>3</sup>Resolução [24/2010](#): alterada por Resoluções [4/2011](#), [24/2011](#)<sup>4</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup>, [33/2013](#)

<sup>4</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - [Subseção Judiciária de PARAGOMINAS](#)


<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

#### - [Subseção Judiciária de REDENÇÃO](#)


<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>3</sup>Resolução [24/2010](#): alterada por Resoluções [4/2011](#), [24/2011](#)<sup>4</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup>, [33/2013](#)

<sup>4</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - [Subseção Judiciária de SANTARÉM](#)


<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

#### - [Subseção Judiciária de TUCURUÍ](#)


<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

### [Seção Judiciária do PIAUÍ](#)

Criação: [Lei n. 5.010/1966](#) - art. 3º

Jurisdição: Resolução TRF1 n. [3/2012](#)<sup>8</sup>: alterada por Resoluções [10/2012](#)<sup>9</sup>, [9/2013](#)<sup>12</sup> e 10178570/2020.

<b>VARAS</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
1ª Vara	CRIMINAL E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA c/ JEF ADJUNTO CRIMINAL <sup>11 e 24</sup> 25 26 27 28 29	<a href="#">Lei n. 5.677/1971</a>	Decreto-Lei n. <a href="#">253/1967</a>
2ª Vara	CIVEL <sup>11</sup>	<a href="#">Lei n. 7.178/1983</a>	Provimento CJF n. <a href="#">269/1984</a>
3ª Vara	CRIMINAL E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA c/ JEF ADJUNTO CRIMINAL <sup>11</sup>	<a href="#">Lei n. 7.583/1987</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">7/1994</a> Resolução Presi n. 49 de 28/09/22 <a href="#">Rel 49</a>
4ª Vara	EXECUÇÃO FISCAL	<a href="#">Lei n. 9.788/1999</a>	Resolução TRF 1 n. <a href="#">2/1999</a>
5ª Vara	CIVEL <sup>11</sup>	<a href="#">Lei n. 9.788/1999</a>	Resolução TRF 1 n. <a href="#">2/1999</a>
6ª Vara	JEF CIVEL <sup>12</sup>	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2003</a> <sup>1</sup>
7ª Vara	JEF CIVEL <sup>12</sup>	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; <a href="#">Resolução CJF n. 102/2010</a> <sup>7</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">14/2010</a> <sup>5</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">442/2010</a> .
8ª Vara	JEF CIVEL <sup>12</sup>	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; <a href="#">Resolução CJF n. 102/2010</a> <sup>7</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">22/2012</a> <sup>10</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">267/2013</a>

<sup>1</sup>Resolução TRF1 n. [18/2003](#): alterada por Resoluções [4/2005](#)<sup>2</sup>, [5/2005](#)<sup>2</sup>, [11/2005](#)<sup>2</sup>, [12/2005](#)<sup>2</sup>, [24/2005](#)<sup>4</sup>, [29/2005](#), [8/2009](#)<sup>3</sup>, [14/2009](#), [24/2011](#)<sup>22</sup>, [4/2012](#), [20/2013](#).

<sup>2</sup>Resoluções [4/2005](#), [5/2005](#), [11/2005](#) e [12/2005](#): alteradas por Resolução [8/2009](#)<sup>3</sup>.

<sup>3</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>14</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>22</sup>, [22/2012](#)<sup>10</sup> [16/2013](#)<sup>18</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>19</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>4</sup>Resolução [24/2005](#): alterada por Resoluções [27/2005](#) e [8/2009](#)<sup>3</sup>.

<sup>5</sup>Resolução [14/2010](#): alterada por Resoluções [22/2010](#)<sup>6</sup>, [24/2011](#)<sup>22</sup>, [22/2012](#)<sup>10</sup>, [33/2013](#), [36/2016](#)

<sup>6</sup>Resolução [22/2010](#): alterada por Resolução [24/2011](#).

<sup>7</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>8</sup>Resolução [3/2012](#): alterada por Resoluções [10/2012](#)<sup>9</sup>, [9/2013](#)<sup>12</sup> e 10178570/2020

<sup>9</sup>Resolução [10/2012](#): revogada por Resolução [9/2013](#)<sup>13</sup>

<sup>10</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>11</sup>Resolução [6/2014](#): alterada por Resolução [11/2014](#)

<sup>12</sup>Resolução [9/2013](#): alterada por Portaria [198/2014](#)<sup>23</sup> e revogada por Resolução [14/2015](#)<sup>17</sup>

<sup>13</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>14</sup>

<sup>14</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>15</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>16</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>20</sup>

<sup>15</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>16</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)



<sup>17</sup>Resolução [14/2015](#): alterada parcialmente por Resolução [46/2015](#), [7/2016](#) e revogada por [8/2016](#)<sup>21</sup>

<sup>18</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>19</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>20</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>21</sup>Resolução [8/2016](#): alterada por [46/2016](#), [51/2016](#), [3/2017](#), [9/2017](#), [26/2017](#)

<sup>22</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

<sup>23</sup>Portaria [198/2014](#): alterada por Resolução [26/2017](#)

<sup>24</sup> Resolução Presi [6535439/2018](#), especializar vara para processar e julgar crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, e os praticados por organizações criminosas

<sup>25</sup> Resolução Presi [6876906/2018](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [6648019/2018](#)

<sup>26</sup> Resolução Presi [7168031/2018](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [6876906/2018](#)

<sup>27</sup> Resolução Presi [7843043/2019](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [7168031/2018](#)

<sup>28</sup> Resolução Presi [8026596/2019](#), altera a data de produção dos efeitos da Resolução Presi [6535439/2018](#) e revoga a Resolução Presi [7843043/2019](#)

<sup>29</sup> Resolução Presi [8092227/2019](#), especializar vara para processar e julgar crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, e os praticados por organizações criminosas e revoga a Resolução Presi [6535439/2018](#)<sup>24</sup>

<sup>30</sup> Resolução [49/2022](#) (especialização da 3ª Vara – crimes por atos de violência político-partidária)

#### - Subseção Judiciária de CORRENTE

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	GERAL e JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ;	Resolução TRF1 n. <a href="#">33/2013</a>
		Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Portaria TRF1 n. <a href="#">135/2014</a>

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

#### - Subseção Judiciária de FLORIANO\*

Resolução Presi [10178570/2020](#) inclui municípios em sua base territorial.

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	GERAL e JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ;	Resolução TRF1 n. <a href="#">21/2011</a>
		Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Portaria TRF1 n. <a href="#">72/2012</a>

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

#### - Subseção Judiciária de PARNAÍBA

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ;	Resolução TRF1 n. <a href="#">14/2010</a> <sup>1</sup>
		Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>3</sup>	Portaria TRF1 n. <a href="#">321/2010</a>

<sup>1</sup>Resolução [14/2010](#): alterada por Resoluções [22/2010](#)<sup>2</sup>, [24/2011](#)<sup>5</sup>, [22/2012](#)<sup>4</sup>, [33/2013](#), [36/2016](#).

<sup>2</sup>Resolução [22/2010](#): alterada por Resolução [24/2011](#)<sup>5</sup>

<sup>3</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>4</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>5</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - [Subseção Judiciária de PICOS](#)

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
Vara Única*	CÍVEL e JEF Adjunto CÍVEL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a> <sup>10</sup>
			Portaria TRF1 n. <a href="#">454/2006</a> (JEF Adjunto)
	VER <a href="#">RESOLUÇÃO 59/2022</a>		

\* Vara Federal convertida em Vara Cível com Juizado Especial Federal Adjunto Cível, de acordo com a Resolução [Presi 10178570/2020](#).

<sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>3</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>11</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup> [16/2013](#)<sup>7</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>8</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>3</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>4</sup>

<sup>4</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>5</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>6</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>9</sup>

<sup>5</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>6</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>8</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>11</sup>, [30/2016](#), [10178570/2020](#)

<sup>12</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

<sup>13</sup>Resolução [59/2022](#)

#### - [Subseção Judiciária de SÃO RAIMUNDO NONATO](#)

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
Vara Única	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ;	Resolução TRF1 n. <a href="#">22/2012</a>
		Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Portaria TRF1 n. <a href="#">192/2013</a> <sup>3</sup>
	VER <a href="#">RESOLUÇÃO 59/2022</a>		

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>3</sup>Portaria TRF1 n. [192/2013](#): alterada por Portaria n. [135/2014](#)

<sup>4</sup>Resolução [59/2022](#)

#### [Seção Judiciária de RONDÔNIA](#)

Criação: [Lei n. 7.030/1982](#) – art. 1º

Jurisdicção: Resolução TRF1 n. [3/2012](#)<sup>8</sup>

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	criação	implantação
1ª Vara	CIVEL	<a href="#">Lei n. 7.030/1982</a>	Provimento CJF n. <a href="#">250/1983</a>
2ª Vara	CIVEL	<a href="#">Lei n. 7.178/1983</a>	Provimento CJF n. <a href="#">293/1986</a>
3ª Vara	CRIMINAL*	<a href="#">Lei n. 7.583/1987</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">7/1996</a> Resolução Presi n. 49 de 28/09/22 <a href="#">Rel 49</a>
4ª Vara	JEF	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2003</a> <sup>1</sup> Ver Res 55/2022
5ª Vara	***AMBIENTAL E AGRÁRIA COM JEF ADJUNTO-CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>7</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">14/2010</a> <sup>5</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">250/2010</a> , alterada por Portaria <a href="#">491/2011</a>
6ª Vara	JEF CÍVEL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>7</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2011</a> <sup>21</sup> Resolução TRF1 n. <a href="#">33/2013</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">23/2014</a>
7ª Vara	CRIMINAL**	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">9279864/2019</a> e Presi <a href="#">9508408/2019</a>

\* Resolução [9508408/2019](#) especializar a 3ª Vara para processar e julgar crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, e os praticados por organizações criminosas Ver as Resoluções n. [12/2010](#)<sup>22</sup> e [23/2017](#)

\*\* Resolução Presi [9508408/2019](#) especializar a 7ª Vara para processar e julgar todos os feitos que envolvam a execução das penas dos custodiados na Penitenciária Federal em Porto Velho/RO e o Juiz dessa Vara, ou seu substituto legal, a função de Corregedor Judicial da Penitenciária Federal em Porto Velho/RO.

\*\*\*Resolução Presi [9508408/2019](#) transferir para as 3ª e 7ª Varas Federais da Seção Judiciária de Rondônia a competência criminal da 5ª Vara Federal daquela seccional, especializada em matéria ambiental e agrária. Com a supressão da competência criminal da 5ª Vara, Fica EXTINTO o JEF Criminal adjunto à 5ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia. Ver também Portaria [9507568](#) – Lista de Comarcas Estaduais localizadas na área de Jurisdição da 1ª Região com Competência Federal delegada.

<sup>1</sup>Resolução TRF1 n. [18/2003](#): alterada por Resoluções [4/2005](#)<sup>2</sup>, [5/2005](#)<sup>2</sup>, [11/2005](#)<sup>2</sup>, [12/2005](#)<sup>2</sup>, [24/2005](#)<sup>4</sup>, [29/2005](#), [8/2009](#)<sup>3</sup>, [14/2009](#), [24/2011](#)<sup>21</sup>, [4/2012](#), [20/2013](#).

<sup>2</sup>Resoluções [4/2005](#), [5/2005](#), [11/2005](#) e [12/2005](#): alteradas por Resolução [8/2009](#)<sup>3</sup>

<sup>3</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>12</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>21</sup>, [22/2012](#)<sup>10</sup>, [16/2013](#)<sup>17</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>18</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>4</sup>Resolução [24/2005](#): alterada por Resoluções [27/2005](#) e [8/2009](#)<sup>3</sup>

<sup>5</sup>Resolução [14/2010](#): alterada por Resoluções [22/2010](#)<sup>6</sup>, [24/2011](#)<sup>21</sup>, [22/2012](#)<sup>10</sup>, [33/2013](#), [36/2016](#)

<sup>6</sup>Resolução [22/2010](#): alterada por Resolução [24/2011](#)<sup>21</sup>

<sup>7</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>8</sup>Resolução [3/2012](#): alterada por Resoluções [10/2012](#)<sup>9</sup> e [9/2013](#)<sup>11</sup>

<sup>9</sup>Resolução [10/2012](#): revogada por Resolução [9/2013](#)<sup>11</sup>

<sup>10</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>11</sup>Resolução [9/2013](#): alterada por Portaria [198/2014](#)<sup>23</sup> e revogada por Resolução [14/2015](#)<sup>16</sup>

<sup>12</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>13</sup>

<sup>13</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>14</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>15</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>19</sup>

<sup>14</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>15</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>16</sup>Resolução [14/2015](#): alterada parcialmente por Resolução [46/2015](#), [7/2016](#) e revogada por [8/2016](#)<sup>20</sup>

<sup>17</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>18</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>19</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>20</sup>Resolução [8/2016](#): alterada por [46/2016](#), [51/2016](#), [3/2017](#), [9/2017](#), [26/2017](#)

<sup>21</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

<sup>22</sup>Resolução [12/2010](#): revogada por [23/2017](#)<sup>24</sup>

<sup>23</sup>Portaria [198/2014](#): alterada por Resolução [26/2017](#)

<sup>24</sup>Resolução [9508408/2019](#)

<sup>25</sup>Resolução [49/2022](#) (especialização da 3ª Vara – crimes por atos de violência político-partidária)

<sup>26</sup>Resolução [55/2022](#) (Altera a estrutura organizacional da 4ª Vara Federal)

- [Subseção Judiciária de GUAJARÁ-MIRIM](#) (*Subseção relocada para a 7ª Vara SJRO*)

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	criação	Implantação	REALOCAÇÃO/UAA
Vara Única	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>3</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">14/2010</a> <sup>1</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">435/2010</a> <sup>6</sup>	*Resolução TRF1 n. <a href="#">9279864/2019</a> Resolução TRF1 n. <a href="#">9455609/2019</a>

Resolução [9455609/2019](#) dispõe sobre a criação da Unidade Avançada de Atendimento da Justiça Federal em Guajará-Mirim/RO.

\*Resolução [9279864/2019](#) dispõe sobre a realocação da Vara Única da Subseção de Guajará-Mirim/RO, cria a 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Rondônia.

<sup>1</sup>Resolução [14/2010](#): alterada por Resoluções [22/2010](#)<sup>2</sup>, [24/2011](#)<sup>5</sup>, [22/2012](#)<sup>4</sup>, [33/2013](#), [36/2016](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2010](#): alterada por Resolução [24/2011](#)<sup>5</sup>

<sup>3</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>4</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>5</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

<sup>6</sup>Portaria [435/2010](#): Efeitos cessados pela Resolução [9279864/2019](#)

- [Subseção Judiciária de JI-PARANÁ](#)

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	criação	Implantação
1ª Vara	GERAL E JEF CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2005</a>
		<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ;	Resolução TRF1 n. <a href="#">21/2011</a> ;

2ª Vara	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Portaria TRF1 n. <a href="#">361/2012</a> alterada por Portaria n. <a href="#">373/2012</a>
---------	---	--	---

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>2</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>4</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>12</sup>, [22/2012](#)<sup>3</sup>, [16/2013](#)<sup>8</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>9</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>3</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#).

<sup>4</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>5</sup>

<sup>5</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>6</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>7</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>10</sup>

<sup>6</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>7</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>8</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>9</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>10</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>11</sup>Resolução [18/2005](#): alterada por [01/2006](#), [8/2009](#)<sup>1</sup>, [24/2011](#)<sup>12</sup>, [30/2016](#)

<sup>12</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

<sup>13</sup>Resolução [54/2022](#)

#### - Subseção Judiciária de VILHENA

VARA	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	GERAL E JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ;	Resolução TRF1 n. <a href="#">22/2012</a> <sup>2</sup>
		Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>1</sup>	Portaria TRF1 n. <a href="#">138/2013</a>

<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

#### Seção Judiciária de RORAIMA

Criação: [Lei n. 8.251/1991](#)

Jurisdição: Resolução TRF1 n. [3/2012](#)<sup>5</sup>

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 8.251/1991</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">8/1992</a>
2ª Vara	CÍVEL	<a href="#">Lei n. 8.251/1991</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">4/1996</a> Ver Resolução Presi <a href="#">60/2022</a>
3ª Vara	JEF	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">18/2003</a> <sup>1</sup>
4ª Vara	CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ; Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>12</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2011</a> <sup>19</sup> e <a href="#">33/2013</a> ; Portaria n. <a href="#">372/2014</a>  Resolução Presi n. 49 de 28/09/22 <a href="#">Rel 49</a> Resolução Presi n. 55 de 18/10/2022

<sup>1</sup>Resolução TRF1 n. [18/2003](#): alterada por Resoluções [4/2005](#)<sup>2</sup>, [5/2005](#)<sup>2</sup>, [11/2005](#)<sup>2</sup>, [12/2005](#)<sup>2</sup>, [24/2005](#)<sup>4</sup>, [29/2005](#), [8/2009](#)<sup>3</sup>, [14/2009](#), [24/2011](#)<sup>19</sup>, [4/2012](#), [20/2013](#)

<sup>2</sup>Resoluções [4/2005](#), [5/2005](#), [11/2005](#) e [12/2005](#): alteradas por Resolução [8/2009](#)<sup>3</sup>

<sup>3</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>9</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>19</sup>, [22/2012](#)<sup>7</sup>, [16/2013](#)<sup>15</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>16</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)

<sup>4</sup>Resolução [24/2005](#): alterada por Resoluções [27/2005](#) e [8/2009](#)<sup>3</sup>

<sup>5</sup>Resolução [3/2012](#): alterada por Resoluções [10/2012](#)<sup>6</sup> e [9/2013](#)<sup>8</sup>

<sup>6</sup>Resolução [10/2012](#): revogada por Resolução [9/2013](#)<sup>8</sup>

<sup>7</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>8</sup>Resolução [9/2013](#): alterada por Portaria [198/2014](#)<sup>20</sup> e revogada por Resolução [14/2015](#)<sup>14</sup>

<sup>9</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>10</sup>

<sup>10</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>11</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>13</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>17</sup>

<sup>11</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)

<sup>12</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>13</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)

<sup>14</sup>Resolução [14/2015](#): alterada parcialmente por Resolução [46/2015](#), [7/2016](#) e revogada por [8/2016](#)<sup>18</sup>

<sup>15</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>16</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)

<sup>17</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)

<sup>18</sup>Resolução [8/2016](#): alterada por [46/2016](#), [51/2016](#), [3/2017](#), [9/2017](#), [26/2017](#)

<sup>19</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

<sup>20</sup>Portaria [198/2014](#): alterada por Resolução [26/2017](#)

<sup>21</sup> Resolução [49/2022](#) (especialização da 4ª Vara – crimes por atos de violência político-partidária)

<sup>22</sup> Resolução [60/2022](#) (Estrutura organizacional – Funções comissionadas)

## Seção Judiciária de TOCANTINS

Criação: [Lei n. 8.251/1991](#)

Jurisdição: Resolução TRF1 n. [3/2012](#)<sup>3</sup>

<b>VARAS</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
1ª Vara	CÍVEL <sup>19</sup>	<a href="#">Lei n. 8.251/1991</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">6/1992</a> Resolução TRF1 n. <a href="#">9/2023</a>
2ª Vara	CÍVEL <sup>19</sup>	<a href="#">Lei n. 8.251/1991</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">8/1996</a> Resolução TRF1 n. <a href="#">9/2023</a>
3ª Vara	JEF CÍVEL e EXECUÇÃO FISCAL <sup>19</sup>	<a href="#">Lei n. 10.772/2003</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">2/2005</a> <sup>15</sup>
4ª Vara	CRIMINAL com JEF ADJUNTO CRIMINAL <sup>19</sup>	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> <a href="#">Resolução CJF n. 102/2010</a> <sup>2</sup>	Resolução TRF1 n. <a href="#">22/2012</a> <sup>5</sup> Portaria TRF1 n. <a href="#">72/2013</a> <sup>16</sup> Resolução Presi n. 49 de 28/09/22 <a href="#">Rel 49</a>
5ª Vara	JEF CÍVEL e EXECUÇÃO FISCAL <sup>19</sup>	<a href="#">Lei n. 13.252/2016</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">36/2016</a> Portaria TRF1 n. <a href="#">314/2016</a>

- <sup>1</sup>Resolução [8/2009](#): alterada por Resoluções [21/2009](#)<sup>7</sup>, [13/2011](#), [24/2011](#)<sup>18</sup>, [22/2012](#)<sup>5</sup>, [16/2013](#)<sup>12</sup>, [19/2013](#), [27/2013](#), [33/2013](#), [5/2014](#)<sup>13</sup>, [43/2015](#); [1/2016](#); [15/2017](#)
- <sup>2</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)
- <sup>3</sup>Resolução [3/2012](#): alterada por Resoluções [10/2012](#)<sup>4</sup> e [9/2013](#)<sup>6</sup>
- <sup>4</sup>Resolução [10/2012](#): revogada por Resolução [9/2013](#)<sup>6</sup>
- <sup>5</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)
- <sup>6</sup>Resolução [9/2013](#): alterada por Portaria [198/2014](#)<sup>20</sup> e revogada por Resolução [14/2015](#)<sup>11</sup>
- <sup>7</sup>Resolução [21/2009](#): revogada parcialmente por Resolução [15/2013](#)<sup>8</sup>
- <sup>8</sup>Resolução [15/2013](#): alterada por Resolução [8/2014](#)<sup>9</sup>, [10/2014](#), [21/2014](#)<sup>10</sup> e revogada por [26/2015](#)<sup>14</sup>
- <sup>9</sup>Resolução [8/2014](#): alterada por Resolução [10/2014](#)
- <sup>10</sup>Resolução [21/2014](#): alterada por Resolução [31/2014](#)
- <sup>11</sup>Resolução [14/2015](#): alterada parcialmente por Resolução [46/2015](#), [7/2016](#) e revogada por [8/2016](#)<sup>17</sup>
- <sup>12</sup>Resolução [16/2013](#): alterada por Resolução [1/2016](#)
- <sup>13</sup>Resolução [5/2014](#): alterada por Resolução [1/2016](#)
- <sup>14</sup>Resolução [26/2015](#): alterada por [31/2015](#), [32/2015](#), [35/2015](#), [14/2016](#), [15/2016](#), [21/2016](#), [34/2016](#), [44/2016](#)
- <sup>15</sup>Resolução [2/2005](#): alterada por [8/2009](#)<sup>1</sup>, [36/2016](#)
- <sup>16</sup>Portaria [72/2013](#) alterada por Resolução [36/2016](#)
- <sup>17</sup>Resolução [8/2016](#): alterada por [46/2016](#), [51/2016](#), [3/2017](#), [9/2017](#), [26/2017](#)
- <sup>18</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)
- <sup>19</sup>Especialização definida pela Resolução [36/2016](#)
- <sup>20</sup>Portaria [198/2014](#): alterada por Resolução [26/2017](#)
- <sup>21</sup>Resolução [49/2022](#) (especialização da 4ª Vara – crimes por atos de violência político-partidária)
- <sup>22</sup>Resolução [9/2023](#) (estrutura organizacional da 1ª e 2ª Varas)

#### - Subseção Judiciária de ARAGUAÍNA

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
1ª Vara	GERAL e JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a> ;	Resolução TRF1 n. <a href="#">14/2010</a>
		Resolução CJF n. <a href="#">102/2010</a> <sup>3</sup>	Portaria TRF1 n. <a href="#">431/2010</a>
2ª Vara	GERAL* com JEF ADJUNTO CÍVEL E CRIMINAL	<a href="#">Lei n. 13.252/2016</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">36/2016</a>
			Portaria TRF1 n. <a href="#">276/2017</a>

\*Especialização/Competência: Geral (Cível, Criminal e Execução Fiscal)

<sup>1</sup>Resolução [14/2010](#): alterada por Resoluções [22/2010](#)<sup>2</sup>, [24/2011](#)<sup>5</sup>, [22/2012](#)<sup>4</sup>, [33/2013](#), [36/2016](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2010](#): alterada por Resolução [24/2011](#)<sup>5</sup>

<sup>3</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>4</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>5</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

#### - Subseção Judiciária de GURUPI

<b>VARA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO/COMPETÊNCIA</b>	<b>CRIAÇÃO</b>	<b>IMPLANTAÇÃO</b>
Vara	GERAL E JEF ADJUNTO	<a href="#">Lei n. 12.011/2009</a>	Resolução TRF1 n. <a href="#">24/2010</a> <sup>3</sup>



<sup>1</sup>Resolução CJF n. [102/2010](#): alterada por Resoluções [113/2010](#), [137/2010](#), [153/2011](#), [167/2011](#), [210/2012](#), [236/2013](#), [251/2013](#), [262/2013](#), [268/2013](#), [272/2013](#), [284/2014](#), [288/2014](#)

<sup>2</sup>Resolução [22/2012](#): alterada por Resolução [19/2013](#), [27/2013](#)

<sup>3</sup>Resolução [24/2010](#): alterada por Resoluções [4/2011](#), [24/2011](#)<sup>4</sup>, [22/2012](#)<sup>2</sup>, [33/2013](#)

<sup>4</sup>Resolução [24/2011](#): alterada por [48/2016](#)

---